



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI



**INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013
BRASÍLIA/DF - 2014**



Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República

Diretor-Presidente

Renato da Silveira Martini

Diretor de Infra-Estrutura de Chaves Públicas – DINFRA

Maurício Augusto Coelho

Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização – DAFN

Pedro Paulo Lemos Machado

Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração

Liomar Santos Torres

Procurador-Chefe

André Pinto Garcia

SUMÁRIO

Introdução.....	5
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	6
1 Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	6
1.1 Identificação da Unidade	6
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	6
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	7
1.3 Organograma Funcional.....	14
1.4 Macroprocessos Finalístico.....	17
1.5 Macroprocessos de Apoio	21
1.6 Principais Parceiros.....	22
2 Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013	24
2.1 Planejamento da Unidade.....	24
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	30
2.2.1 Programa Temático	30
2.2.2 Objetivo/Iniciativa.....	30
2.2.2.1 Análise Situacional da Iniciativa.....	30
2.2.3 Ações.....	40
2.2.3.1 Ações - OFSS.....	40
2.2.3.1.1 Ação 4858 - OFSS.....	40
2.2.3.1.1.1 Análise Situacional.....	40
2.2.3.1.2 Ação 4912 - OFSS.....	43
2.2.3.1.2.1 Análise Situacional.....	43
2.2.3.1.3 Ação 4917 - OFSS.....	52
2.2.3.1.3.1 Análise Situacional.....	52
2.2.3.1.4 Ação 2000 - OFSS.....	58
2.2.3.1.4.1 Análise Situacional.....	58
2.2.3.1.5 Ação 2004 - OFSS.....	62
2.2.3.1.5.1 Análise Situacional.....	62
2.2.3.1.6 Ação 2010 - OFSS.....	62
2.2.3.1.6.1 Análise Situacional.....	62
2.2.3.1.7 Ação 2011 - OFSS.....	63
2.2.3.1.7.1 Análise Situacional.....	63
2.2.3.1.8 Ação 2012 - OFSS.....	63
2.2.3.1.8.1 Análise Situacional.....	63
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão	64
3 Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	65
3.1 Estrutura de Governança.....	65
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	65
3.3 Remuneração Paga a Administradores.....	67
3.4 Sistema de Correição.....	67
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	67
3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.....	67

4 Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	68
4.1 Execução das despesas.....	68
4.1.1 Programação.....	68
4.1.1.1 Análise Crítica	68
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	69
4.1.3 Realização da Despesa.....	69
4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	69
4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.....	70
4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	70
4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ.....	70
4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	71
4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	71
4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa.....	71
4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	71
4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	72
4.3.1 Análise Crítica.....	72
4.4 Transferências de Recursos.....	72
4.5 Suprimento de Fundos.....	72
4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	72
4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.....	72
4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	73
4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	73
4.5.5 Análise Crítica.....	73
4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ.....	73
4.7 Gestão de Precatórios.....	73
5 Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	74
5.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	74
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	74
5.1.1.1. Lotação.....	74
5.1.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade.....	74
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	74
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções.....	74
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	75
5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	75
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	76
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	76
5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	76
5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	76
5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	77
5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	77
5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	77
5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	77
5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	77

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	78
5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	78
5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	79
5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários.....	79
6 Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	80
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	80
6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	80
6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	80
6.3.1. Análise Situacional.....	81
7 Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU N° 127, DE 15/5/2013.	82
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	82
7.1.1 Análise Crítica.....	83
8 Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	85
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	85
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	86
9 Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	87
9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	87
9.2 Tratamento de Recomendações do OCI	87
9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	87
9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	87
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	87
9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações.....	88
9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	88
9.6 Alimentação SIASG E SICONV.....	88
10 Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	89
10. Relacionamento com a sociedade.....	89
10.1 Canais de Acesso.....	89
10.2 Satisfação dos Cidadãos-Usuários.....	89
10.3 Pesquisas de Opinião.....	89
11 Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	91
11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	91
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	91
11.2.1 Declaração sem Ressalva.....	91
11.2.2 Declaração com Ressalva.....	91
11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.....	91
11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976.....	91
11.5 Relatório de Auditoria Independente.....	91

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI**AUTARQUIA VINCULADA À CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA****INTRODUÇÃO****RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

O Relatório de Gestão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, Autarquia Federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República, refere-se ao exercício de 2013 e foi elaborado em observância ao disposto no Art. 70 da Constituição Federal e, em cumprimento às disposições das seguintes normas IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, IN TCU nº 132/2013, Portaria TCU nº 175/2013, Portaria SE/CGU-PR nº 133/2013, Portaria Ciset/SG-PR nº 8/2013, Portaria Ciset/SG-PR nº 1/2014 e Portaria Normativa SLTI/MP nº 05/2002, e orientações do órgão de controle interno.

O Relatório de Gestão está estruturado conforme a Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127, de 15/05/2013, composta por 11 itens. As Partes B e C não se aplicam ao ITI.

A Parte A traz o conteúdo geral com informações sobre a Gestão da Unidade, apenas foi excluído o item 12 porque todas as informações relevantes já haviam sido contempladas nos demais itens.

Brasília/DF – 2014

1 Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013**1.1. Identificação da Unidade****1.1.1 Relatório de Gestão Individual****QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Casa Civil da Presidência da República		Código SIORG: 047388
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação		
Denominação Abreviada: ITI		
Código SIORG: 047388	Código LOA: 20204	Código SIAFI: 243001
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 04.039.532/0001-93
Principal Atividade: Administração Pública em geral		Código CNAE: 8411600
Telefones/Fax de contato: (061) 3424-3850 / (061) 3424-3897 – FAX: (061) 3424-3910		
Endereço Eletrônico: iti.gabinete@iti.gov.br		
Página na Internet: http://www.iti.gov.br		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Autarquia Federal criada por intermédio do Art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, inicialmente vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e, posteriormente vinculada à Casa Civil da Presidência da República, através do Decreto nº 4.566, de 1º de janeiro de 2003, revogado pelo Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007. Sua estrutura está definida no Decreto nº 4.689, de 7 de maio de 2003.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
A legislação pertinente à ICP Brasil – Medida Provisória, Decretos, Resoluções, Instruções Normativas e Portarias encontram-se disponíveis no link: http://www.iti.gov.br/legislacao . Nesse link também encontram-se disponíveis as normas da ICP – Brasil: Estrutura Normativa da ICP – Brasil, Documentos Principais, Manuais de Condutas Técnicas, Adendos, Manual de uso da marca ICP – Brasil, Plano de adoção de novos padrões criptográficos e Glossário ICP – Brasil.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Manual de perguntas e respostas Jurídicas – ICP – Brasil , disponível no link: http://www.iti.gov.br/images/publicacoes/manuais/manual_per_pfe.pdf .		
Cartilha: O que é a Certificação Digital , disponível no link: http://www.iti.gov.br/images/publicacoes/cartilhas/cartilhaentenda.pd .		
Cartilha: Certificação Digital: Entenda e utilize , disponível no link: http://www.iti.gov.br/publicacoes/cartilhas/3893-certificacao-digital-entenda-e-utilize .		
“Conheça o significado das siglas mais importantes da Certificação Digital” , disponível no link: http://www.iti.gov.br/publicacoes/folders/3892-conheca-o-significado-das-siglas-mais-importantes-da-certificacao-digital		
“Certificado Digital: Saiba como obter um certificado digital e quais os benefícios para sua vida” , disponível no link: http://www.iti.gov.br/publicacoes/folders/3891-certificado-digital-saiba-como-obter-um-certificado-digital-e-quais-os-beneficios-para-sua-vida e		
“Revista Digital” , edições produzidas pelo ITI sobre os avanços e benefícios da Certificação Digital ICP – Brasil, exemplares disponíveis no link: http://www.iti.gov.br/publicacoes/revista-digital		

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O *Instituto Nacional de Tecnologia da Informação- ITI* foi criado como autarquia federal pelo Art. 12 da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, com sede e foro no Distrito Federal, vinculada, na forma do Decreto nº 4.566, de 1º de janeiro de 2003, revogado pelo Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007, à Casa Civil da Presidência da República, com a finalidade de ser a Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP – Brasil, que tem as seguintes competências:

- I - executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil;
- II – propor a revisão e a atualização das normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil;
- III – gerenciar os certificados das Autoridades Certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu, incluindo emissão, expedição, distribuição e revogação desses documentos;
- IV – gerenciar a lista de certificados emitidos, revogados e vencidos;
- V – executar as atividades de fiscalização e de auditoria das Autoridades Certificadoras – AC, Autoridades de Registro – AR e dos prestadores de serviços habilitados na ICP – Brasil, em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil;
- VI – aplicar sanções e penalidades, na forma da lei; e
- VII – emitir certificado para o funcionamento das AC, das AR e dos prestadores de serviço de suporte da ICP – Brasil.

Além das competências operacionais, cumpre ainda ao ITI:

- I - promover o relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior;
- II – celebrar e acompanhar a execução de convênios e acordos internacionais de cooperação, no campo das atividades de infraestrutura de chaves públicas e áreas afins, ouvido o Comitê Gestor da ICP – Brasil;
- III – estimular a participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento, nas atividades de interesse da área da segurança da informação e da infraestrutura de chaves públicas;
- IV – estimular e articular projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico voltados à ampliação da cidadania digital, por meio da utilização de certificação e assinatura digitais ou de outras tecnologias que garantam a privacidade, autenticidade e integridade de informações eletrônicas; e
- V – executar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil.

Ao ITI compete, ainda, na forma estabelecida pelo Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, atuar como Secretaria Executiva do Comitê Gestor da ICP – Brasil, chefiada pelo Diretor-

Presidente do ITI, no papel de Secretário Executivo do Comitê.

O Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas - CG ICP – Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, exerce a função de autoridade gestora de políticas da referida Infraestrutura e tem a função de:

- I - coordenar o funcionamento da ICP – Brasil;
- II - estabelecer a política, os critérios e as normas técnicas para o credenciamento das Autoridades Certificadoras – AC, Autoridades de Registro – AR, Autoridades de Carimbo do Tempo – ACT e demais prestadores de serviço de suporte à ICP – Brasil, em todos os níveis da cadeia de certificação;
- III - estabelecer a política de certificação e as regras operacionais da AC Raiz;
- IV – auditar e fiscalizar a AC Raiz e os seus prestadores de serviço de suporte;
- V – estabelecer diretrizes e normas técnicas para a formulação de políticas de certificado e regras operacionais das AC, AR e ACT e definir níveis da cadeia de certificação;
- VI – aprovar políticas de certificados e regras operacionais, credenciar e autorizar o funcionamento das AC, das AR, das ACT e demais prestadores de serviço de suporte, bem como autorizar a AC Raiz a emitir o correspondente certificado;
- VII – identificar e avaliar as políticas de infraestruturas de certificação externas, negociar acordos de certificação bilateral, de certificação cruzada, regras de interoperabilidade e outras formas de cooperação internacional, certificar, quando for o caso, sua compatibilidade com a ICP – Brasil, observado o disposto em tratados, acordos ou atos internacionais;
- VIII – aprovar as normas para homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital no âmbito da ICP – Brasil;
- IX – atualizar, ajustar e revisar os procedimentos e as práticas estabelecidas para a ICP – Brasil, de modo a garantir sua compatibilidade e promover a atualização tecnológica do sistema e a sua conformidade com as políticas de segurança; e
- X – aprovar seu regimento interno.

O Comitê Gestor da ICP – Brasil é uma autoridade gestora de políticas.

É composto por doze membros e respectivos suplentes, sendo cinco representantes da sociedade civil, integrantes de setores interessados e representantes dos seguintes órgãos:

- I - Casa Civil da Presidência da República, que coordena o Comitê;
- II – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- III – Ministério da Justiça;
- IV – Ministério da Fazenda;
- V – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- VI – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

VII – Ministério da Ciência e Tecnologia.

Os representantes da sociedade civil são:

I – Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN;

II – Associação de Juízes Federais do Brasil – AJUFE;

III – Sociedade Brasileira de Computação – SBC;

IV – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC

V – Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico - Câmara E-Net.

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil) é uma cadeia hierárquica e de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação virtual do cidadão. Observa-se que o modelo adotado pelo Brasil foi o de certificação com raiz única, sendo que o ITI, além de desempenhar o papel de Autoridade Certificadora Raiz (AC-Raiz), credencia e descredencia os demais participantes da cadeia, supervisiona e faz auditoria dos processos.

AC Raiz

A Autoridade Certificadora Raiz da ICP - Brasil (AC-Raiz) é a primeira autoridade da cadeia de certificação. Executa as Políticas de Certificados e Normas Técnicas e Operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil. Portanto, compete à AC-Raiz emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das autoridades certificadoras de nível imediatamente subsequente ao seu.

A AC-Raiz também está encarregada de emitir a lista de certificados revogados (LCR) e de fiscalizar e auditar as Autoridades Certificadoras (ACs), Autoridades de Registro (ARs) e demais prestadores de serviço habilitados na ICP – Brasil. Além disso, verifica se as ACs estão atuando em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP – Brasil.

AC - Autoridade Certificadora

Uma Autoridade Certificadora (AC) é uma entidade, pública ou privada, subordinada à hierarquia da ICP - Brasil, responsável por emitir, distribuir, renovar, revogar e gerenciar certificados digitais. Tem a responsabilidade de verificar se o titular do certificado possui a chave privada que corresponde à chave pública que faz parte do certificado. Cria e assina digitalmente o certificado do titular, onde o certificado emitido pela AC representa a declaração da identidade do titular, que possui um par único de chaves (pública/privada).

Cabe também à AC emitir listas de certificados revogados (LCR) e manter registros de suas operações sempre obedecendo às práticas definidas na Declaração de Práticas de Certificação (DPC). Além de estabelecer e fazer cumprir, pelas Autoridades Registradoras (ARs) a ela vinculadas, as políticas de segurança necessárias para garantir a autenticidade da identificação realizada.

AR - Autoridade de Registro

Uma Autoridade de Registro (AR) é responsável pela interface entre o usuário e a Autoridade Certificadora. Vinculada a uma AC, tem por objetivo o recebimento, validação,

encaminhamento de solicitações de emissão ou revogação de certificados digitais e identificação, de forma presencial, de seus solicitantes. É responsabilidade da AR manter registros de suas operações. Pode estar fisicamente localizada em uma AC ou ser uma entidade de registro remota.

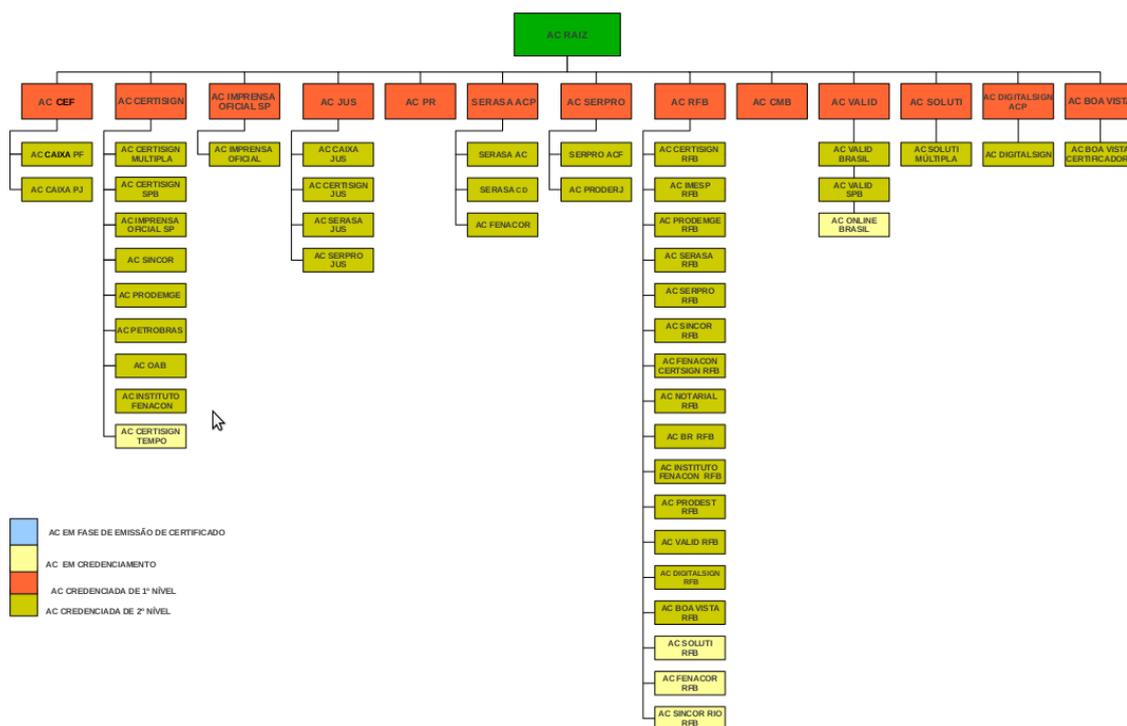
ACT - Autoridade Certificadora do Tempo

Uma Autoridade Certificadora do Tempo (ACT) é uma entidade na qual os usuários de serviços de Carimbo do Tempo confiam para emitir Carimbos do Tempo. A ACT tem a responsabilidade geral pelo fornecimento do Carimbo do Tempo, conjunto de atributos fornecidos pela parte confiável do tempo que, associado a uma assinatura digital, confere provar a sua existência em determinado período.

Na prática, um documento é produzido e seu conteúdo é criptografado. Em seguida, ele recebe os atributos ano, mês, dia, hora, minuto e segundo, atestado na forma da assinatura realizada com certificado digital servindo assim para comprovar sua autenticidade.

Estrutura da ICP - Brasil

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil está composta das seguintes Autoridades Certificadoras de 1º Nível e de 2º Nível.



SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados

Primeira Autoridade Certificadora de 1º nível credenciada pela ICP - Brasil, a empresa busca, desde a criação de seu Centro de Certificação Digital - CCD, em 1999, divulgar o uso dessa tecnologia para os vários segmentos com que trabalha.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Única instituição financeira credenciada como Autoridade Certificadora ICP - Brasil, a Caixa Econômica Federal tem trabalhado também para que a certificação digital integre serviços que resultem em melhoras para seus funcionários, clientes e titulares das contas de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

SERASA EXPERIAN

Autoridade Certificadora do setor privado, a Serasa fornece a segurança dos certificados digitais para quase todos os grupos financeiros participantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A Receita Federal do Brasil (RFB) disponibiliza uma grande quantidade de serviços com o objetivo de simplificar ao máximo a vida dos contribuintes, facilitando o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias para os que possuem certificados digitais ICP – Brasil.

CERTISIGN

A Certisign tem duplo foco no ramo da certificação digital. Além de fornecer a ferramenta tecnológica, o grupo desenvolve soluções para uso exclusivo com certificados digitais ICP – Brasil.

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Imprensa Oficial é a Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo credenciada para oferecer produtos e serviços de certificação digital para os poderes executivo, legislativo e judiciário, incluindo todas as esferas da administração pública, direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

AC JUS

A AC-JUS alavancou definitivamente a implantação da Certificação Digital no Judiciário com o desenvolvimento de aplicações para comunicação e troca de documentos, agora com validade legal, viabilizando dessa forma o advento do Processo Judicial Eletrônico (PJ-e).

AC PR

A AC PR foi criada em abril de 2002, por uma iniciativa da Casa Civil, no âmbito do governo eletrônico (e-Gov) e tem como objetivo emitir e gerir certificados digitais das autoridades da Presidência da República, ministros de estado, secretários-executivos e assessores jurídicos que se relacionem com a PR.

CASA DA MOEDA DO BRASIL

Entre as mais antigas instituições públicas brasileira, a instituição consolida o objetivo de modernização de sua estrutura produtiva e administrativa, bem como se habilita para atender ao mercado de segurança na era virtual.

VALID CERTIFICADORA DIGITAL

A AC Valid, 10ª entidade a credenciar-se como AC de 1º nível, atua no mercado de certificação digital focando suas atividades em tecnologias que resultem na prestação de serviços. Além da emissão dos certificados, a Valid oferece serviços de tecnologia para infraestrutura de chaves públicas, consultoria e suporte no comando de processos e atividades de apoio a Autoridades de Registro.

SOLUTI CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Especializada em tecnologia da informação com atuação em todo o território brasileiro, em 2012 a Soluti tornou-se a 11ª Autoridade Certificadora (AC) de 1º nível vinculada a ICP – Brasil. A Soluti já atuava como Autoridade de Registro (AR) em vários estados do País oferecendo serviços, produtos e soluções em certificação digital.

AC DIGITAL SIGN

A Digitalsign é uma empresa portuguesa, que através da Digitalsign Certificadora – empresa brasileira, tornou-se a 12ª Autoridade Certificadora - AC de 1º nível da ICP – Brasil. Grupo é composto pelas empresas DigitalSign Portugal, AET Europe e Thomas Greg & Sons.

AC BOA VISTA

A AC Boa Vista é a unidade de negócios de Certificação Digital da Boa Vista Serviços e completa a oferta da empresa com soluções para a tomada de decisões sustentáveis de crédito e gestão de negócios. Controlada por brasileiros, a Boa Vista opera o cadastro positivo no país e investe continuamente em tecnologia de ponta para atender à sua carteira de clientes em todo o território nacional.

Objetivos Estratégicos da Unidade

O grande objetivo estratégico do Instituto tem sido a **Massificação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil**.

A **Certificação Digital** permite que transações, como comércio eletrônico, assinatura de contratos, operações bancárias, iniciativas do governo eletrônico, petições judiciais, prontuários eletrônicos, entre outras, sejam realizadas de forma virtual, via Internet, com segurança porque o uso do Certificado Digital ICP – Brasil garante a identificação inequívoca do cidadão e confere validade jurídica aos atos praticados.

O ano de 2013 foi marcado pelo grande desafio de disponibilizar ao cidadão não apenas o documento eletrônico, mas verdadeiros balcões *online* repletos de serviços e transações que facilitem sua vida e a desburocratizem, a partir do uso do Certificado Digital ICP – Brasil.

No âmbito do PPA 2012-2015, muito embora não tenha sob sua responsabilidade um programa de temático específico, sua contribuição ao Governo, à Sociedade e ao Cidadão está inserida no contexto do **Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento de Gestão Pública**, no âmbito do **Objetivo** “Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação”, mais especificamente na **Iniciativa**:

“Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.”

Assim, as responsabilidades institucionais legais do ITI contemplam o desenvolvimento de ações para o atendimento das seguintes **Diretrizes Estratégicas**:

- I – Operacionalização, Auditoria e Fiscalização do Sistema Nacional de Certificação Digital;
- II – Normatização e Regulação;
- III – Prospecção e Evolução Tecnológica;
- IV – Fomento a aplicações com uso da Certificação Digital;
- V – Sensibilização e Capacitação;
- VI – Reestruturação Organizacional do ITI;
- VII – Reestruturação Orçamentária;
- VIII – Monitoramento de Projetos de Lei que disciplinem o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação de interesse da ICP Brasil.

1.3 Organograma Funcional

O ITI tem a seguinte **estrutura organizacional**:

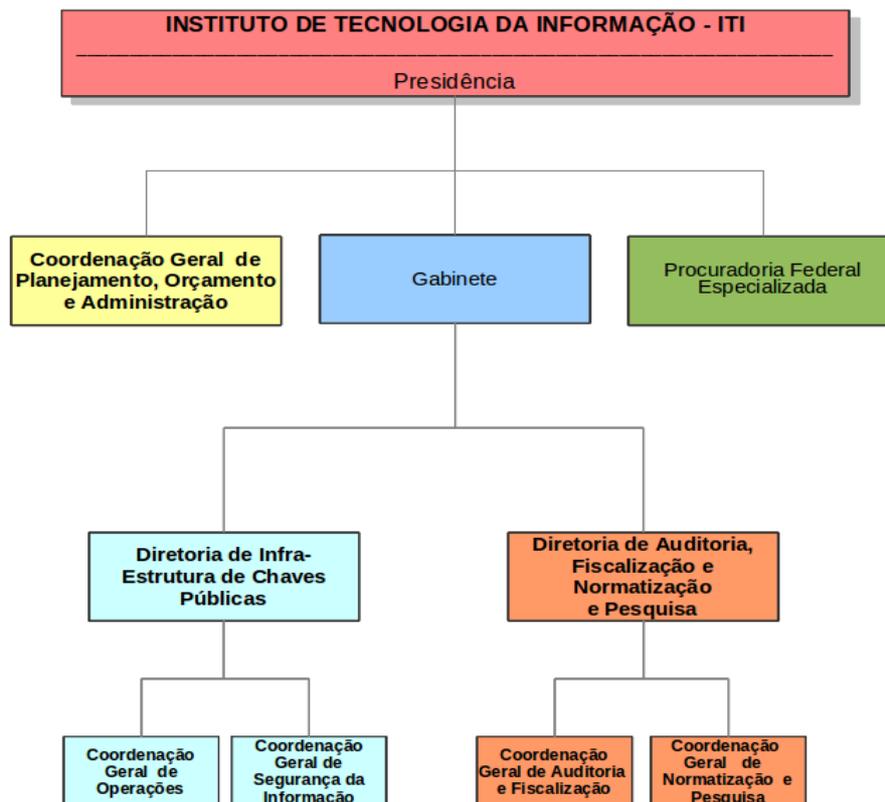
I – órgão de assistência direta e imediata ao Diretor-Presidente:

- a) Gabinete; e
- b) Procuradoria Federal Especializada.

II – órgão seccional: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração;

III – órgãos específicos singulares:

- a) Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas; e
- b) Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.



1.3.1 Quadro de Competências

Gabinete:

- I- Assistir ao Diretor-Presidente do ITI em sua representação política social e ocupar-se da comunicação social e do preparo do seu expediente administrativo;
- II- Providenciar a publicação e a divulgação das matérias de interesse do ITI;
- III- Coordenar o planejamento e a elaboração da pauta de despachos e audiências do Diretor-Presidente;
- IV- Providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional, encaminhados pela Casa Civil da Presidência da República;
- V- Acompanhar a tramitação de projetos de interesse específico do ITI no Congresso Nacional; e
- VI- Realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

Procuradoria Federal Especializada:

- I- Exercer a representação judicial e extrajudicial do ITI, atuando nos processos em que a Autarquia for autora, ré, oponente ou assistente;
- II- Cumprir e velar pelo cumprimento das orientações normativas emanadas da Procuradoria-Geral Federal;
- III- Prestar assessoria direta e imediata ao Diretor-Presidente e aos órgãos da Estrutura Regimental do ITI, nos assuntos de natureza jurídica, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº-73, de 10 de fevereiro de 1993;
- IV- Examinar e aprovar minutas de editais de licitação, de instrumentos de contratos, de convênios e de outros atos criadores de direitos e obrigações, que devam ser celebrados pelo ITI;
- V- Analisar e apresentar soluções sobre questões suscitadas pela aplicação das leis e dos regulamentos relativos às atividades desenvolvidas pelo ITI;
- VI- Examinar e emitir pareceres sobre projetos de atos normativos a serem expedidos ou propostos pelo ITI;
- VII- Apurar a liquidez e a certeza dos créditos de qualquer natureza, resultantes das atividades implementadas pelo ITI, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial; e
- VIII- Realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração:

- I- Compete planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC

II- Organização e Modernização Administrativa - SOMAD, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira, no âmbito do ITI.

Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas:

- I- Dirigir a operação da AC Raiz;
- II- Orientar a elaboração de normas e procedimentos operacionais da AC Raiz e da Segurança da Informação para o ITI;
- III- Propor a contratação de projetos relativos à operacionalização da AC Raiz, a serem executados com recursos do ITI;
- IV- Propor a celebração de convênios, acordos, ajustes e de outros instrumentos congêneres de cooperação técnica, no âmbito de sua atuação;
- V- Coordenar e executar a emissão de certificado para as AC de nível imediatamente subsequente ao da AC Raiz da ICP - Brasil; e
- VI- Realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização:

- I- Planejar, coordenar, supervisionar, executar, avaliar e controlar as atividades relacionadas com auditoria, fiscalização e normalização no âmbito da ICP - Brasil e com a definição dos diversos *object identifier* - *OID*;
- II- Atuar como credenciador de empresas de auditoria e auditores independentes para prestação de serviços à ICP - Brasil;
- III- Propor a celebração de convênios, acordos, ajustes e de outros instrumentos congêneres de cooperação técnica, no âmbito de sua atuação;
- IV- Elaborar propostas de revisão das normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil; e
- V- Realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos estão centrados nas seguintes ações: **“Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz – AC – RAIZ da ICP – Brasil”** e **“Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviços de Certificação Digital e Normatização da ICP – Brasil”**.

O ITI tem a responsabilidade de assegurar o funcionamento do sistema de certificação nacional “24hs por dia, sete dias por semana, 365 dias/ano”, a uma taxa de 99,99% de disponibilidade, equivalente a uma parada anual de no máximo 52 minutos.

O Instituto tem também a missão institucional de coordenar e executar a emissão, expedição, distribuição, revogação e gerenciamento de certificados para as AC - Autoridades Certificadoras de nível imediatamente subsequente ao da AC Raiz da ICP - Brasil, além de emitir a Lista de Certificados Revogados (LCR).

A modernização da Infraestrutura de Chaves Pública é o grande desafio institucional, pois à Autarquia cabe disponibilizar o *estado-da-arte* em Certificação Digital, o que exige permanente investimento na segurança do sistema e das mídias utilizadas no processo, que efetivamente garantam a privacidade, autenticidade e integridade das informações eletrônicas realizadas com o uso do Certificado Digital ICP – Brasil.

Avanços Tecnológicos

Ao Instituto cabe propor a celebração de convênios, acordos, ajustes e de outros instrumentos congêneres de cooperação técnica, no âmbito de sua atuação.

Tem ainda a missão de estimular a participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento, nas atividades de interesse da área da segurança da informação e da infraestrutura de chaves públicas, bem como estimular e articular projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico voltados à ampliação da cidadania digital, por meio da utilização de certificação e assinatura digitais ou de outras tecnologias que garantam a privacidade, autenticidade e integridade de informações eletrônicas.

Para tanto o Instituto mantém Acordos de Cooperação com universidades como é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina - USFC, que desenvolve trabalhos de pesquisa e desenvolvimento do criptosistema, além de promover estudos de pós-graduação e doutorado na área de certificação digital, gerando *expertise* na área.

Normatização

O ITI tem a função de orientar a elaboração de normas e procedimentos operacionais da AC Raiz e da Segurança da Informação para o ITI, a serem propostos para o Comitê Gestor da ICP – Brasil, como forma de manter um arcabouço legal e normativo que agregue segurança e padronização ao sistema.

Auditorias e Fiscalizações

A Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização tem poder de polícia para auditar e fiscalizar as Autoridades Certificadoras (ACs), Autoridades de Registro (ARs) e demais prestadores de serviço habilitados na ICP – Brasil para verificar se as ACs estão atuando em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil

Auditorias

Como funciona

As auditorias no âmbito da Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira (ICP - Brasil) são realizadas de forma independente e reguladas pela Resolução n.º 72, que dita as normas de credenciamento das empresas que realizarão as mesmas. O documento citado também norteia o conceito de metodologia da auditoria, como manuais, roteiros, papéis de trabalho, mapa de riscos, procedimentos, técnicas, formulários, relatórios e modelos.

Os trabalhos de auditoria são regidos pelo Código de Ética e princípios éticos para o exercício das atividades de auditoria interna e independente estabelecidos pelos diversos órgãos reguladores ou de classe, como o Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Monetários (CVM), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), *Information Systems Audit and Control Association* (Isaca), Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Audibra) e Instituto dos Auditores Internos (IIA).

As auditorias são divididas em dois tipos: pré-operacionais e operacionais. As auditorias pré-operacionais são as realizadas antes do início das atividades do candidato a Prestador de Serviço de Certificação (PSC), quer seja Autoridade Certificadora (AC), Autoridade de Carimbo do Tempo (ACT), Autoridade de Registro (AR) ou Prestador de Serviço de Suporte (PSS).

As operacionais são as realizadas anualmente, considerado o ano civil, em todos os PSC para manutenção do credenciamento junto à ICP – Brasil. Tais auditorias ocorrerão a partir do primeiro ano civil seguinte à data do Diário Oficial da União (DOU) que publicar o credenciamento do PSC.

Credenciamento

O credenciamento de empresas de auditoria na ICP – Brasil exige o cumprimento de requisitos, conforme disposto na Resolução n.º 72.

Fiscalizações

A fiscalização tem como objetivo verificar o cumprimento das resoluções, normas, procedimentos e atividades dos Prestadores de Serviço de Certificação (PSC), Autoridades Certificadoras (AC) e Autoridades de Registro (AR), com a finalidade de examinar se as operações de cada um deles, isolada ou conjuntamente, estão em conformidade com as suas respectivas Declarações de Práticas de Certificação (DPC), Políticas de Certificado (PC), Políticas de Segurança (PS) e as demais resoluções e normas gerais estabelecidas para as entidades integrantes

da ICP – Brasil.

A fiscalização e o respectivo andamento do processo são normatizados pela Resolução nº 45 – DOC-ICP 09.

O planejamento da fiscalização é semestral e o processo pode variar de 15 a 120 dias, sendo que poderá ser iniciado por denúncia feita por usuário de certificação digital da ICP - Brasil ou por constatação de ameaça à confiabilidade da ICP – Brasil. Em caso de denúncia, por determinação do Presidente da AC Raiz ou do Secretário Executivo do Comitê Gestor da ICP - Brasil, a fiscalização poderá atuar sobre qualquer item das normas.

Quando se conclui um processo de fiscalização, pode-se dizer que foi encerrado por conformidade ou por aplicação de penalidade. Dessa forma, as ACs e ARs podem acompanhar o processo de fiscalização.

Responsáveis

As fiscalizações são de responsabilidade do fiscal da ICP - Brasil, servidor vinculado e lotado na Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização da AC Raiz e no exercício das funções de fiscal.

Como solicitar

A fiscalização pode ser deflagrada a partir de denúncia feita por usuário de certificação digital da ICP - Brasil ou por constatação de ameaça à confiabilidade da ICP - Brasil, após observação dos relatórios das auditorias.

Homologações

No decorrer de 2012, o ITI desenvolveu com o INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia regras que nortearão o Programa de Avaliação de Conformidade (PAC) para equipamentos de certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

A proposta visa migrar de um modelo próprio de reconhecimento e acreditação de hardwares para o sistema INMETRO, internacionalmente reconhecido e que aumentará o número de Laboratórios de Ensaio e Auditorias (LEA) em todo o território nacional.

Em 10 de janeiro de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) [a portaria nº 8](#) do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) que aprovava os Requisitos de Avaliação de Conformidade (RAC) para equipamentos de certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil). Assim, surgia formalmente o processo de certificação no Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (SBAC) dos produtos utilizados para a operação da certificação ICP - Brasil (cartões, leitoras, tokens e HSMS).

Em conjunto com a [Resolução nº 96 do CG ICP - Brasil](#), há regras de transição a serem observadas durante a migração para o INMETRO. Com a oficialização do Programa de Avaliação de Conformidade, com total governança do INMETRO, todo e qualquer depósito de novas

homologações está suspenso até que Organismos de Certificação de Produtos (OCPs) sejam habilitados.

No decorrer de 2013 o INMETRO gerou chamada para a acreditação de Organismos de Certificação de Produtos (OCP) no programa voltado a avaliação dos equipamentos da ICP - Brasil, sendo que 2 empresas protocolaram o interesse em participar do PAC da ICP – Brasil.

Outra situação refere-se a processos já homologados, que não perderão sua validade. Com a Instituição deste novo modelo de conformidade, haverá a manutenção da homologação concedida anteriormente. Esses produtos já acreditados deverão passar, no prazo de 12 meses a contar da data de publicação do RAC, por esta manutenção. Por fim, os processos que estão em andamento permanecerão sendo avaliados pelo LEA.

Na página do ITI - <http://www.iti.gov.br/servicos/homologacoes> – encontra-se disponibilizada uma breve explicação do funcionamento das homologações, documentos referentes às Resoluções, Instruções Normativas, Manuais de Condutas Técnicas e Adendos, documentos referentes ao processo de homologação e listagem dos laboratórios credenciados.

Também como demanda desta ação, o ITI e o INMETRO iniciaram o processo de revisão dos manuais de conduta técnica (MCT) cujo o objetivo é aperfeiçoar a definição de requisitos e ensaios para a adequada migração do processo ao INMETRO.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio essenciais ao funcionamento da Unidade referem-se à execução das atividades relacionadas aos Sistemas de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), de Serviços Gerais (SISG) e de Organização e Modernização Administrativa (SOMAD), bem como a gestão do Planejamento, Orçamento (SIOP) e Administração Financeira (SIAFI), levadas a efeito pela Coordenação-Geral Planejamento, Orçamento e Administração - CGPOA.

A CGPOA ainda é responsável pela gestão de todos os contratos de serviços e terceirização de mão obra que garantem o pleno funcionamento da Autarquia.

Nesse sentido, destacam-se a administração de redes e comunicação levada a efeito pela CGPOA, que garante a disponibilidade e segurança do sistema, o atendimento a usuários, o apoio no desenvolvimento de projetos básicos na área de tecnologia, quer seja para contratação de serviços e/ou aquisição de equipamentos.

As limitações orçamentárias impostas pela Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013, impactaram, sobremaneira, a capacidade produtiva da área, uma vez que para o atendimento do corte orçamentário exigido foi necessária a demissão de 30% da mão-de-obra terceirizada. Ressalte-se que o ITI não dispõe de quadro próprio de servidores, valendo-se de mão de obra terceirizada até que seja aprovado seu pleito para adoção do Plano de Carreiras de C&T – Ciência e Tecnologia, para posterior definição do quadro de funcionários, a serem selecionados via concurso público. Por ora, o Instituto se vale de servidores cedidos por outros Órgãos em cargos de DAS e, no que couber, mão de obra terceirizada.

1.6 Principais Parceiros

O Instituto mantém relacionamento com instituições congêneres no País e no exterior, universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área da segurança da informação e da infraestrutura de chaves públicas, no que diz respeito à utilização de certificação e assinatura digitais ou de outras tecnologias que garantam a privacidade, autenticidade e integridade de informações eletrônicas.

Nesse sentido, o ITI mantém Acordo de Cooperação Técnica com a ABRID - **Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital (Abrid)**, sociedade sem fins lucrativos que congrega empresas de tecnologia em identificação digital. O Acordo tem o objetivo de maximizar as potencialidades das instituições signatárias dentro do campo de suas respectivas atribuições e especificações.

O Instituto também mantém Acordos de Cooperação com universidades como é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina - USFC, que desenvolve trabalhos de pesquisa e desenvolvimento e modernização do Criptosistema, promove estudos de pós-graduação e doutorado na área de certificação digital, além da manutenção da Sala Cofre de Contingência da AC Raiz da ICP - Brasil.

No decorrer de 2012, o ITI desenvolveu com o INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia regras que nortearão o Programa de Avaliação de Conformidade (PAC) para equipamentos de certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

A proposta visa migrar de um modelo próprio de reconhecimento e acreditação de hardwares para o sistema INMETRO, internacionalmente reconhecido e que aumentará o número de Laboratórios de Ensaio e Auditorias (LEA) em todo o território nacional.

Em 10 de janeiro de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 8 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), que aprovava os Requisitos de Avaliação de Conformidade (RAC) para equipamentos de certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil). Assim, surgia formalmente o processo de certificação no Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (SBAC) dos produtos utilizados para a operação da certificação ICP - Brasil (cartões, leitoras, tokens e HSMs).

No decorrer de 2013 o INMETRO gerou chamada para a acreditação de Organismos de Certificação de Produtos (OCP) no programa voltado a avaliação dos equipamentos da ICP - Brasil, sendo que 2 empresas protocolaram o interesse em participar do PAC da ICP – Brasil.

No âmbito internacional, a Diretoria de Auditoria de Fiscalização e Normatização - DAFN mantém Projeto de Cooperação Técnica com Cabo Verde, denominado “Reforço Institucional da Infraestrutura de Chaves Públicas de Cabo Verde”. Em 2013, servidores do ITI realizaram auditoria pré-operacional nas instalações da Entidade de Certificação Raiz de Cabo Verde.

O Brasil, representado pelo ITI, tem a missão de capacitar profissionais do governo cabo-verdiano para operarem o sistema de certificação digital do país, além de prestar assessoria técnica e administrativa. Em setembro/2013, o ITI ministrou curso de capacitação para funcionários da Agência Nacional de Cabo Verde – ANAC que trabalham na implantação da ICP-CV, do Banco Central, da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento (SISP), do Núcleo Operacional para a



Sociedade de Informação (NOSI), do setor de cartórios e empresas privadas de Cabo Verde.

O ITI recebeu em 2013 a visita de delegações do exterior, o que aponta a importância e o alcance que o Sistema de Certificação Digital Brasileiro vem ganhando no cenário internacional. Além dos positivos trabalhos de Cooperação Técnica com a República de El Salvador, o Instituto também recebeu comitiva da China para apresentar a ICP – Brasil. O Peru também demonstrou interesse em conhecer a Certificação Digital ICP – Brasil e pode se constituir em uma nova parceria para 2014.

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. Planejamento da Unidade

O Instituto desenvolveu seu Planejamento Estratégico para o período de 2012-2014 e o documento encontra-se disponível em sua página institucional no endereço: www.iti.gov.br/institucional/politicas2.

A metodologia adotada para desenvolvimento de Planejamento Estratégico foi o sistema gerencial denominado *Balanced Scorecard* – BSC, que permite o alinhamento de objetivos, indicadores, metas e iniciativas, facilitando a atuação coordenada de todas as áreas frente as diretrizes estratégicas.

O *Balanced Scorecard* - BSC resume em um único documento, indicadores de performance em quatro perspectivas, que ajustadas à realidade do ITI, seriam:

- **Sociedade:** direcionamento das ações para atender as necessidades e expectativas dos usuários do serviço de Certificação Digital ICP – Brasil;
- **Processos Internos:** priorização dos processos de trabalho relevantes e sensíveis, no âmbito de uma estrutura organizacional compatível com a responsabilidade institucional, visando à melhoria constante e ao uso da melhor tecnologia para garantir a segurança de transações e documentos eletrônicos;
- **Aprendizado e Crescimento:** promoção do desenvolvimento das pessoas, da infraestrutura de recursos, da tecnologia e do conhecimento;
- **Orçamento:** destinação prioritária dos recursos orçamentários e financeiros para a realização dos objetivos e ações estratégicas.

O Planejamento Estratégico do ITI foi elaborado a partir de suas competências constitucionais, legais e normativas, previstas nos seguintes documentos (www.iti.gov.br/legislacao):

- a) [Medida Provisória nº 2.200-2](#), de 24 de Agosto de 2001. - Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, e dá outras providências.
- b) [Decreto nº 3.505](#), de 13 de Junho de 2000.- Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
- c) [Decreto nº 3.872](#), de 18 de Julho de 2001. - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - CGICP-Brasil, sua Secretaria-Executiva, sua Comissão Técnica Executiva e dá outras providências.
- d) [Decreto nº 3.996](#), de 31 de Outubro de 2001. - Dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal.
- e) [Decreto nº 4.414](#), de 07 de Outubro de 2002. - Altera o Decreto no 3.996, de 31 de Outubro de 2001, que dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal.
- f) [Decreto nº 4.689](#), de 07 de Maio de 2003. - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, e dá outras providências, e
- g) [Decreto nº 6.605](#), de 14 de Outubro de 2008. - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Infra-

Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP - Brasil, sua Secretaria-Executiva e sua Comissão Técnica Executiva – COTEC.

No âmbito do PPA 2012-2015, muito embora não tenha sob sua responsabilidade um programa de temático específico, sua contribuição ao Governo, à Sociedade e ao Cidadão está inserida no contexto do **Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento de Gestão Pública**, no âmbito do **Objetivo** “Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação”, mais especificamente na **Iniciativa**:

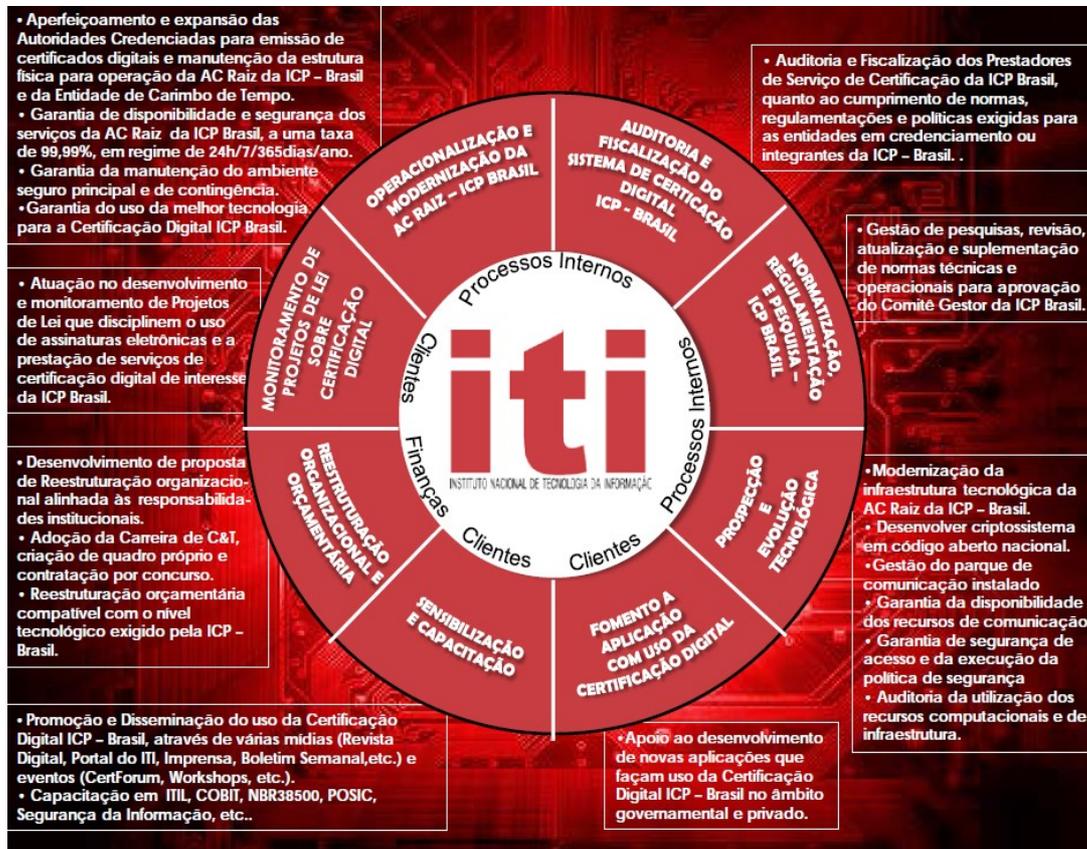
“Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.”

Assim, as responsabilidades institucionais legais do ITI contemplam o desenvolvimento de ações para o atendimento das seguintes **Diretrizes Estratégicas**:

- I – Operacionalização, Auditoria e Fiscalização do Sistema Nacional de Certificação Digital;
- II – Normatização e Regulação;
- III – Prospecção e Evolução Tecnológica;
- IV – Fomento a aplicações com uso da Certificação Digital;
- V – Sensibilização e Capacitação;
- VI – Reestruturação Organizacional do ITI;
- VII – Reestruturação Orçamentária;
- VIII – Monitoramento de Projetos de Lei que disciplinem o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação de interesse da ICP Brasil.

O **Mapa Estratégico da Unidade** evidencia as principais ações desenvolvidas em cada eixo para o cumprimento da missão institucional.

Mapa Estratégico do ITI – 2012-2014



No âmbito orçamentário, o Instituto conta com as seguintes **ações finalísticas**:

4858 – *Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital ICP - Brasil*

4912 – *Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviços de Certificação Digital e Normatização da ICP – Brasil*

4917 – *Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP - Brasil*

As ações orçamentárias para gestão da Unidade estão inseridas na programática 2101 – Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República – Ações 2000 – Administração da Unidade.

Sob o ponto de vista das despesas obrigatórias, o Instituto dispõe das seguintes ações:

09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

00H1 – Pagamento de Pessoal Ativo da União.

O Instituto envidou esforços para o cumprimento de metas de ações finalísticas nevrálgicas, assim como focou em eficiência e segurança nas ações da área de suporte, a saber:

- a) Operacionalização e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da AC – Raiz da ICP – Brasil;
- b) Garantia de uso da melhor tecnologia para Certificação Digital ICP – Brasil;
- c) Auditoria e Fiscalização do Sistema de Certificação Digital ICP – Brasil;
- d) Normatização, Regulamentação e Pesquisa – ICP – Brasil;
- e) Prospecção e Evolução Tecnológica, implícitas na modernização da infraestrutura tecnológica da AC-Raiz e no aperfeiçoamento do Criptossistema em código aberto nacional, além da gestão do parque de comunicação e da política de segurança;
- f) Fomento à aplicação com uso da Certificação Digital ICP – Brasil;
- g) Sensibilização e Capacitação para uso da Certificação Digital – ICP – Brasil; e
- h) Reestruturação organizacional e orçamentária.

A dinâmica do ambiente em que se insere o ITI traduz-se em ameaças, que são as situações que podem colocá-lo em risco, e oportunidades, que podem ser aproveitadas para impulsionar o seu desenvolvimento.

São consideradas **ameaças** ao desenvolvimento das atividades do ITI:

- a) Estrutura operacional e orçamentária defasada, haja vista que o Instituto ainda opera com a mesma estrutura organizacional desde sua criação em 2002 e não dispõe de quadro de carreira e quadro de funcionários próprio, obrigando-o a valer-se de serviços terceirizados, que muitas vezes têm alcance limitado e forte impacto nas despesas discricionárias de seu orçamento;
- b) Permanente avanço tecnológico em segurança da informação, o que exige cada vez mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias voltadas a garantir interoperabilidade e a segurança em transações e documentos eletrônicos;
- c) Avanço do uso da Certificação Digital em processos críticos para a sociedade brasileira, o que impõem permanente monitoramento de ataques, fraudes, e outras tentativas de invasão de sistemas computacionais;
- d) Significativo crescimento da Infraestrutura de Autoridades Certificadoras e Prestadores de Serviços, o que exige cada vez mais recursos humanos, físicos e lógicos capazes de auditar e fiscalizar essa rede, como forma de garantir sua conformidade a padrões e procedimentos estabelecidos pela ICP – Brasil e
- e) Desconhecimento da sociedade quanto aos benefícios da ferramenta.

Por outro lado, o ambiente externo apresenta **oportunidades**, tais como:

- a) A Certificação Digital oferece ganhos em termos de economicidade, agilidade, segurança e validade jurídica em transações e documentos eletrônicos, cada vez mais visíveis, reconhecidas e valorizadas pela sociedade brasileira;
- b) Alta disponibilidade da ferramenta 24h/7dias/ano, a uma taxa de 99,99%, o que garante seu uso e forma ininterrupta, a qualquer tempo e independente de sua localização;
- c) Crescente oferta de novas aplicações que se utilizam da Certificação Digital como

- ferramenta de segurança e validade jurídica tanto no âmbito governamental como privado;
- d) Ampla gama de aplicações públicas e privadas com potencial para uso da ferramenta;
 - e) Amplo desenvolvimento do *e-commerce* alicerçado no uso de Certificado Digital ICP – Brasil;
 - f) Incentivo à desmaterialização de processos, por conta da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI/MPOG), que tem como objetivo a modernização e desburocratização da administração pública federal, a partir da implementação do Plano Nacional de Desmaterialização de Processos – PNProc;
 - g) O uso da Certificação Digital tem se revelado uma alternativa para a redução do custo Brasil e efetiva contribuição para a sustentabilidade (“*Green Economy*”), ao viabilizar ações que reduzem o consumo de papel, tinta, madeira e água; e
 - h) Desconhecimento da sociedade quanto aos benefícios da ferramenta.

Com relação ao ambiente interno, os **pontos fracos** que podem limitar a atuação e o desenvolvimento organizacional, tem a ver com as seguintes variáveis:

- a) Estrutura organizacional e orçamentária defasada, haja vista que o Instituto ainda opera com a mesma estrutura organizacional desde sua criação em 2002 e não dispõe de quadro de carreira e quadro de funcionários próprio, obrigando-o a valer-se de serviços terceirizados, que muitas vezes têm alcance limitado e forte impacto nas despesas discricionárias de seu orçamento. Áreas críticas, como a de controle da infraestrutura de comunicações, redes, sistemas e segurança da informação da área meio sofrem com ausência de profissionais próprios e suficientes para a sua gestão. Na área finalística, essa limitação vai ainda além, retardando avanços na área de pesquisa e desenvolvimento;
- b) Carência de profissionais especializados na área de pesquisa em C&T e Desenvolvimento Tecnológico, o que obriga o Instituto a valer-se de Acordos de Cooperação e Termos de Descentralização de Créditos para garantir a compatibilidade do sistema com os avanços de novas Tecnologias da Informação;
- c) Ausência de sede própria para integração do ambiente seguro. Atualmente o Órgão ocupa um prédio monouitário alugado, sendo obrigado a manter a sala cofre na dependências da Presidência da República, o que torna sua administração mais cara e complexa;
- d) Alta demanda de monitoramento do sistema com relação a tentativas de invasão e fraudes, permanente investimento em interoperabilidade e crescente demanda por homologação de artefatos; e
- e) Alta demanda para pesquisa e alinhamento de padrões e normas internacionais, com vista à interoperabilidade.

Em contrapartida, o ambiente interno apresenta os seguintes **pontos fortes**:

- a) Benefícios da Certificação Digital ICP Brasil: segurança, economicidade, eficiência no uso de recursos, redução de custos, agilidade, integridade, autenticidade, privacidade e validade jurídica em transações e documentos eletrônicos;
- b) Participação acadêmica em pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico;
- c) Comprometimento e dedicação do quadro de DAS;
- d) Fomento e apoio tecnológico para o desenvolvimento de novas aplicações;
- e) Investimento no desenvolvimento de tecnologia nacional na área de segurança da informação;



f) Reconhecimento internacional, em especial na América Latina, como órgão de referência em Certificação Digital.

2.2. Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

2.2.1 Programa Temático

O ITI não dispõe de Programa Temático no âmbito do PPA – 2012-2015 sob sua responsabilidade. O Instituto responde por **Iniciativa** vinculada a **Objetivo** do **Programa 2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**, razão pela qual deixamos de preencher os Quadros A.2.2.1 – Programa Temático e A.2.2.2. - Objetivo.

2.2.2 Objetivo

O ITI não dispõe de Objetivos em Programa Temático no âmbito do PPA 2012-2015 sob sua responsabilidade.

O Instituto é responsável pela **Iniciativa – Código 02D2**, vinculada ao **Objetivo 0605** do **Programa Temático 2038**, conforme abaixo:

Identificação da Iniciativa						
Código	02D2					
Descrição	<i>Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.</i>					
Objetivo	<i>0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.</i>					
Programa	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.688.000	4.288.000	3.338.412	2.994.550	139.314	141.849	2.621.712
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Massificação do uso de Certificados Digitais da ICP- Brasil	qualidade	x	x	4.688.000	2.994.550

2.2.2.1 Análise Situacional da Iniciativa

A Certificação Digital permite que aplicações, como comércio eletrônico, assinatura de contratos, operações bancárias, iniciativas do governo eletrônico, entre outras, sejam realizadas de forma virtual, via Internet, ao garantir identificação inequívoca do cidadão, segurança e validade jurídica aos atos praticados com seu uso.

O ano de 2013 foi marcado pelo grande desafio de disponibilizar ao cidadão não apenas o documento eletrônico, mas verdadeiros balcões online repletos de serviços que facilitem sua vida e a desburocratizem, a partir do uso do Certificado Digital ICP – Brasil.

A **Iniciativa para *Massificação do uso do Certificado Digital ICP – Brasil*** foi desenvolvida em 2013 no âmbito de quatro eixos principais:

- 1 - Sensibilização e Capacitação em Certificação Digital ICP - Brasil;
- 2 - Fomento a Aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP - Brasil;
- 3 - Operação do Sistema Nacional de Certificação Digital ICP - Brasil e
- 4 - Evolução Tecnológica da Certificação Digital ICP - Brasil.

1 – Sensibilização e Capacitação : Proporcionar que a sociedade brasileira em geral saiba o que é a certificação digital, para que serve, onde e como usá-la, os benefícios e responsabilidades advindas de seu uso e proporcionar o desenvolvimento de profissionais qualificados para desenvolver e operar os sistemas responsáveis pelo ciclo de vida dos certificados digitais ICP – Brasil.

No intuito de divulgar e popularizar os benefícios da Certificação Digital em 2013, o ITI organizou o 11º CertForum - Fórum de Certificação Digital, que teve como objetivo disseminar e debater o futuro da certificação digital no país. O evento foi realizado nos dias 11 e 12 de setembro, em Brasília.

O evento contou com a presença de mais de 500 participantes por dia. Estiveram presentes 14 órgãos públicos, entidades de classe, pesquisadores, especialistas, empresários, acadêmicos, estudantes, funcionários públicos e fornecedores de soluções. Em todas as etapas houve a participação de autoridades dos governos Federal, Estadual e Municipal.

A tecnologia da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil recebeu dos palestrantes e do público presente o devido reconhecimento de que trata-se da melhor ferramenta digital de integridade e legalidade na rede mundial de computadores.

O ITI também publicou duas edições da Revista Digital sobre diversos temas relevantes ligados ao universo da certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Pública – ICP – Brasil.

Foi divulgado vídeo institucional do ITI, produzido no segundo semestre de 2012 e lançado em fevereiro de 2013.

No âmbito internacional, a Diretoria de Auditoria de Fiscalização e Normatização - DAFN mantém Projeto de Cooperação Técnica com Cabo Verde, denominado “Reforço Institucional da Infraestrutura de Chaves Públicas de Cabo Verde”. Em 2013, servidores do ITI realizaram auditoria pré-operacional nas instalações da Entidade de Certificação Raiz de Cabo Verde.

O Brasil, representado pelo ITI, tem a missão de capacitar profissionais do governo cabo-verdiano para operarem o sistema de certificação digital do país, além de prestar assessoria técnica e administrativa. Em setembro/2013, o ITI ministrou curso de capacitação para funcionários da Agência Nacional de Cabo Verde – ANAC que trabalham na implantação da ICP-CV, do Banco

Central, da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento (SISP), do Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSI), do setor de cartórios e empresas privadas de Cabo Verde.

O ITI recebeu em 2013 a visita de delegações do exterior, o que aponta a importância e o alcance que o Sistema de Certificação Digital Brasileiro vem ganhando no cenário internacional. Além dos positivos trabalhos de Cooperação Técnica com a República de El Salvador, o Instituto também recebeu comitiva da China para apresentar a ICP – Brasil. A comitiva chinesa, com mais de 20 representantes, foi presidida pelo Diretor-Geral do Departamento de Serviço Técnico Público da China – Sr. Zhou Min. O Peru também demonstrou interesse em conhecer a Certificação Digital ICP – Brasil e pode se constituir em uma nova parceria para 2014.

O Instituto também esteve presente nos principais eventos voltados à segurança da informação, desmaterialização de processos, defesa cibernética e iniciativas afins.

2 – Fomento a aplicações: Estimular o desenvolvimento e a implantação de aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP – Brasil nos setores público e privado brasileiros.

A atual tecnologia da ICP - Brasil é utilizada cada vez mais em sistemas e aplicações de grande relevância para o desenvolvimento nacional, sendo aplicada nas áreas de Infraestrutura, Desenvolvimento Social, Econômica e Produtiva e Estratégia e Defesa, a saber:

Área de Infraestrutura: Mineral – PETROBRAS; Comunicações – CORREIOS; Aeroportuário, INFRAERO e Energia – ELETROBRAS, Companhia Paulista de Força e Luz e negociação de energia, etc.

Área de Desenvolvimento Social: Saúde – Conselho Federal de Medicina, Conselho Federal de Odontologia, ANVISA, ANS; Educação – MEC/PROUNI, FNDE; Desenvolvimento Social e Combate à Fome, FOME ZERO/FINEP, Trabalho e Emprego – Conectividade Social – FGTS/CEF; Previdência Social – INSS; Cultura Esporte e Turismo – Lei da COPA, Fundiário – ITR/INCRA, Meio Ambiente – Licenças Ambientais (CETESB), etc.

Área Econômica e Produtiva: Desenvolvimento, Indústria e Comércio – DNRC E INPI, SISCOMEX; Econômico Financeiro – SPB/BACEN, Contrato de Câmbio/BACEN, COMPENSAÇÃO ELETRÔNICA/BACEN-FEBRABAN, Tributação – NF-e- Nota Fiscal Eletrônica, SPED, e-CAC, e-CPF, e-CNPJ, DIRF, DCTF/SRF, SUSEP/FENACOR e Conselho Federal de Contabilidade - CFC; COMPRASNET/MPOG, etc.

Área Estratégica e Defesa: Judiciário – Processo Eletrônico, Peticionamento Eletrônico, Urna Eletrônica (assinatura do software embarcado pelos partidos políticos), BACEN/JUDI, INFOJUS, Conselho Federal da Ordem dos Advogados/OAB; Relações Exteriores – Passaporte Eletrônico (ICAO/PF), Autoridades de Registro em representações Diplomáticas do Brasil no Exterior; Atividades Notariais e de Registro – ANOREG, IRIB e aplicações estaduais – ABEP, PRODERTJ, PODREST/ES, ATI/PE, PROCERGS, IMESP/SP; e, Defesa – instalação da futura Autoridade Certificadora do Ministério da Defesa, etc.

Sem a Certificação Digital sistemas críticos da economia nacional podem ser paralisados, como é o caso do SPB - Sistemas de Pagamentos Brasileiro Nacional, do Sistema Nota Fiscal Eletrônica, aplicação que inibe a evasão fiscal, com ganhos em termos de redução de custo (papel,

tinta, armazenagem, etc), padronização, facilidade no tratamento de dados eletrônicos, agilidade e segurança. **Dados disponíveis no Portal da Nota Fiscal Eletrônica indicam que foram autorizadas 8,683 bilhões de NF-e até 25/02/2014, emitidas por 1,062 milhões de contribuintes (base 22/02/2014).** Todas as emissões de Notas Fiscais eletrônicas se valem de Certificados Digitais da ICP – Brasil.

Também é fato que o uso do certificado digital assumiu expressiva importância para determinadas categorias profissionais, como contadores, médicos e advogados. Os contadores somente poderão acessar determinados sistemas da Receita Federal mediante o uso de certificados digitais. O mesmo ocorre com médicos para acesso a Prontuários Eletrônicos. No caso de advogados, o crescimento é ainda mais notório, tendo em vista a adoção em praticamente todo o Judiciário de processos eletrônicos que permitem que o trâmite jurídico seja feito integralmente por meio virtual.

Os números demonstram ainda que houve expansão em outras áreas que justificam o aumento nas emissões. Iniciativas como as ações internas dos governos Municipais, Estaduais e a União, cujo objetivo é dar transparência e combater possíveis fraudes é um aspecto que merece destaque.

Assim, considerando-se que o crescimento no uso da certificação digital ICP – Brasil se dá à medida que novas aplicações passam a adotar os serviços viabilizados através da Infraestrutura de Chaves Públicas, que tem alicerce na AC Raiz da ICP – Brasil, é objetivo do ITI promover a proposição aos órgãos setoriais das três esferas de governo, em seus três poderes, projetos de aplicações focadas no cidadão, com suporte à certificação Digital ICP – Brasil.

No decorrer de 2013 o Instituto participou do desenvolvimento dos seguintes projetos:

- **Registro Único de Identificação Civil (RIC)** – O RIC está sendo revisto devido às iniciativas de alguns estados, como São Paulo e Espírito Santo, para a modernização dos seus processos e documentos de identificação.
- **Modernização do Passaporte Brasileiro** – A exigência da *International Civil Aviation Organization* (ICAO) dos certificados digitais utilizados para assinar passaportes possuem validade igual ou superior ao próprio documento, aliada à implementação de novos algoritmos criptográficos da família SHA2 e RSA com 4096 bits, motivou a aprovação por parte do Comitê Gestor da extensão do prazo máximo de validade dos certificados digitais tipo A3 e A4 para 5 anos, em 2012. A fim de que o passaporte eletrônico brasileiro pudesse se adequar ao padrão *Public Key Directory* – PKD, instituído pela ICAO, entre outras modificações aplicadas, o certificado da AC Raiz passou a ter validade máxima de 20 anos quando utilizar criptografia de Curvas Elípticas, ou 13 anos para os demais casos, podendo esse prazo ser revisto de acordo com as definições estabelecidas pelo CG da ICP – Brasil.
- **Certificado de atributo em carteiras de estudantes** – Para atender exigências da Lei Geral da Copa e garantir a meia-entrada na Copa das Confederações e na Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, a carteira de identificação estudantil – CIE - terá novo padrão de segurança. Foi aprovada a Lei 12.933/2013, que institui que a CIE deverá seguir um modelo nacional único e publicamente disponibilizado pelas entidades autorizadas, devendo a carteira estudantil fazer uso da certificação digital ICP - Brasil Estudantes terão 50% de

desconto para compra dos bilhetes nas duas competições organizadas pela FIFA, chamados de ingressos categoria 4.

Também foram destaques no uso da Certificação Digital ICP – Brasil as seguintes aplicações:

a) RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – ano base 2012 – Órgãos da Administração Pública e estabelecimentos que possuam 20 ou mais empregados, devem transmitir a declaração utilizando, obrigatoriamente, certificado digital da ICP – Brasil. O envio da RAIS garante benefícios ao trabalhador, como o Abono Salarial e FGTS;

b) Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE estabelece a obrigatoriedade de uso de certificação digital no padrão ICP - Brasil para o registro de entidades sindicais, a partir de 02/04/2013;

c) A partir de 2013, para transmitir a declaração da aplicação de verbas na saúde, exigida na Constituição, é necessário utilizar um certificado digital no padrão ICP - Brasil, o que confere mais segurança ao processo. Governadores, prefeitos, ministro da saúde, secretários de saúde e seus respectivos substitutos, devem obter certificação digital para realizar operações no SIOPS;

d) A partir de Abril/2013, o acesso ao Sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores – Renajud deve ser realizado com a utilização da certificação digital no padrão ICP – Brasil. O RENAJUD é uma ferramenta eletrônica que faz mediação do contato do poder judiciário com o DENATRAN, por meio do sistema é possível fazer consultas à base de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavan, o que possibilita maior celeridade no cumprimento de ordens judiciais, já que a efetivação das ordens pode ser obtida em tempo real;

e) Desde o início 2013, a Universidade de São Paulo – USP passou a emitir diploma em formato virtual. O documento eletrônico adotará o padrão da certificação digital no padrão de segurança da ICP - Brasil. A USP foi a primeira Universidade brasileira a oferecer esse modelo de diploma que tem validade em todo território nacional;

f) O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a partir do segundo semestre/2013, passou a utilizar a certificação digital no padrão da ICP - Brasil para fiscalização de mercadorias de origem animal e vegetal importadas e exportadas do Brasil. Todo produto agropecuário que entra e sai do País precisa passar pela fiscalização do Ministério da Agricultura. Com a crescente demanda das importações e exportações, o objetivo do MAPA é tornar esse processo cada vez mais rápido e eficiente;

g) Empresas que prestam serviços de transporte rodoviário de cargas deverão aderir ao Conhecimento do Transporte Eletrônico – CT-e, a partir de 1º de agosto de 2013, projeto em implantação do Ministério da Fazenda que requer uso do certificado digital nos moldes da ICP - Brasil Sua criação faz parte do projeto de implantação de um modelo nacional de documentos fiscais eletrônicos;

h) Foi lançado no dia 27/06/2013 o Mapa da Certificação Digital, que permite localizar e

traçar a rota de qualquer ponto do país até a sede da Autoridade de Registro – AR mais próxima;

i) O certificado digital no padrão da ICP – Brasil passou, a partir de 16/09/2013, a ser exigido para acesso a algumas das funcionalidades do HomologNet, sistema do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE que permite o cadastro de informações referentes a rescisões contratuais;

j) O Supremo Tribunal de Justiça – STJ publicou resolução que define como obrigatórias as petições eletrônicas que deverão ser assinadas com certificado digital nos padrões da ICP – Brasil. O documento rege o processo judicial eletrônico no e-STJ e estabelece normas para credenciamento ao sistema, transmissão e consulta dos processos;

k) O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP aprovou resolução que permite comercialização de produtos relacionados a plano de saúde e de previdência complementar aberta, por meios remotos com uso da certificação digital no padrão ICP - Brasil;

l) O Sistema Integra Brasil é um mecanismo que permitirá a troca de informações entre cartórios extrajudiciais e órgãos do poder judiciário através da Internet, com uso do certificado digital da ICP – Brasil;

m) O e-Social – Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, projeto do Governo federal que visa unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados, exige o uso de certificado digital no padrão ICP – Brasil.

Novas aplicações e esforços para ampliar a interoperabilidade se encontram em pleno desenvolvimento, inclusive no âmbito internacional, tais como a implantação de modelos de Infraestrutura de Chaves Públicas similares ao brasileiro em outros países do Mercosul, sendo que Cabo Verde, Cuba, Equador e El Salvador já firmaram acordo para uso da tecnologia brasileira.

O Acordo de Cooperação BRA/04/044-S301 entre Brasil e El Salvador foi firmado por meio da Agência Brasileira de Cooperação ABC e tem como objetivo a elaboração de marcos legais e de processos operacionais que permitam a efetiva implementação da certificação digital no país da América Central. Os trabalhos vêm sendo realizados através de videoconferências, incluindo visita de autoridades de El Salvador à Sede do ITI no período de 25 a 29/11/2013.

O modelo de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira também despertou interesse do governo chinês. Em 23/10/2013 o ITI recebeu visita de uma comitiva de 20 representantes chineses, presidida pelo diretor-geral do Departamento de Serviço Técnico Público da China, que buscavam conhecer melhor a tecnologia.

A expectativa para 2014 é de franco crescimento, principalmente na área jurídica, pois diversos tribunais definiram que algumas petições somente serão aceitas se forem processadas de forma eletrônica, valendo-se do uso do certificado digital padrão ICP – Brasil.

Por fim, o crescimento em todos os sentidos comprova que a Infraestrutura de Chaves Públicas do Brasil – ICP – Brasil assume cada vez mais papel preponderante no desenvolvimento

nacional e o ITI é o responsável por assegurar seu pleno funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana e 99,99% de disponibilidade, garantindo o uso da melhor tecnologia em segurança da informação.

3 – Operação: Garantir o pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, ampliar a ICP – Brasil de modo a propiciar maior capilaridade pelo País, o que é necessário para prover acesso aos Certificados Digitais ICP – Brasil por todo e qualquer cidadão brasileiro.

As ações desenvolvidas pela Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA tem a finalidade de garantir o pleno funcionamento, por meio da disponibilidade e integridade, da Autoridade Certificadora Raiz – AC – Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, propiciando aos seus usuários a adequada segurança da informação, necessária para garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos.

Trata-se de uma ação fundamental para o Instituto, estando nela abrigada grande parte das principais atividades finalísticas do ITI.

Para garantir a disponibilidade, com o contingenciamento das chaves criptográficas e pleno funcionamento da AC Raiz, são mantidos 2 (dois) Centros de Certificação Digital – CCD, sendo um em Brasília/DF, nas instalações da Presidência da República, e outro em Florianópolis/SC, na Universidade Federal de Santa Catarina.

No exercício de 2013 foi possível garantir a disponibilidade do Sistema de Certificação Digital e da Entidade de Carimbo do tempo – ECT da ICP – Brasil, a uma taxa de 99,99% para todos os ambientes – principal, backup e de contingência, conforme exige a legislação vigente.

Para tanto, foi contratada empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro e foram contratados os meios físicos e lógicos para acesso à Infovia (Infovia Brasília) para os dois ambientes : principal e de contingência.

A fim de assegurar a disponibilidade das informações mantidas nos repositórios da AC Raiz também foi contratada a manutenção preventiva e corretiva continuada das soluções de armazenamento de dados (*storages*), uma vez a garantia fornecida inicialmente pelo fabricante se expirou.

O contrato de vigilância foi adequado para o pleno atendimento das particularidades do ambiente seguro. Com relação à infraestrutura para operação da Entidade de Carimbo do Tempo, foi possível encaminhar as providências legais para contratação de suporte, manutenção preventiva e corretiva para os sistemas e equipamentos BRY e THALES, cuja formalização se deu em 2013.

No ano de 2013 foi realizada a auditoria de conformidade da AC Raiz pela empresa PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PWC). Trata-se da primeira auditoria independente, cujos resultados foram satisfatórios e comprovaram que a AC Raiz opera em conformidade com os normativos vigentes. O contrato com a PWC expirou em dezembro/2013 e não foi renovado, uma vez que não ficou evidenciada vantagem para a Administração a renovação do contrato nos mesmos termos financeiros. Assim, uma nova licitação será realizada em 2014 para uma nova contratação de auditoria independente para AC Raiz.

Em 2013 houve crescimento no número de entidades credenciadas na ICP – Brasil. Foram credenciadas duas novas Autoridades Certificadoras de 1º nível: AC Boa Vista e DigitalSign, totalizando 13 entidades de 1º nível. Registre-se que a emissão de novos certificados para Autoridades de 1º nível envolve uma série de análises e ajustes técnicos que levam meses para conclusão. O mesmo ocorre quando é emitido um novo certificado para uma Autoridade Certificadora já existente, como foi o caso da AC PR que recebeu novo certificado para versão 4 do sistema.

ENTIDADES CREDENCIADAS	2012	2013	CRESCIMENTO %
Autoridade Certificadora 1º Nível - AC	11	13	18,18
Autoridade Certificadora 1º e 2º Nível	46	57*	23,91
Autoridade de Registro-AR - CNPJ	238	294	23,53
Instalações Técnicas Físicas	1354	1478	9,16

Fonte: ITI – Dezembro/2013 - * 52 Acs credenciadas e 5 AC em credenciamento

A capilaridade da ICP – Brasil, ou seja, a presença de pontos de atendimento espalhados pelo território nacional, também avançou. Os números demonstram que as principais áreas geradoras de riqueza e com infraestrutura de comunicação adequada já possuem pelo menos um ponto para aquisição de certificados digitais da ICP – Brasil.

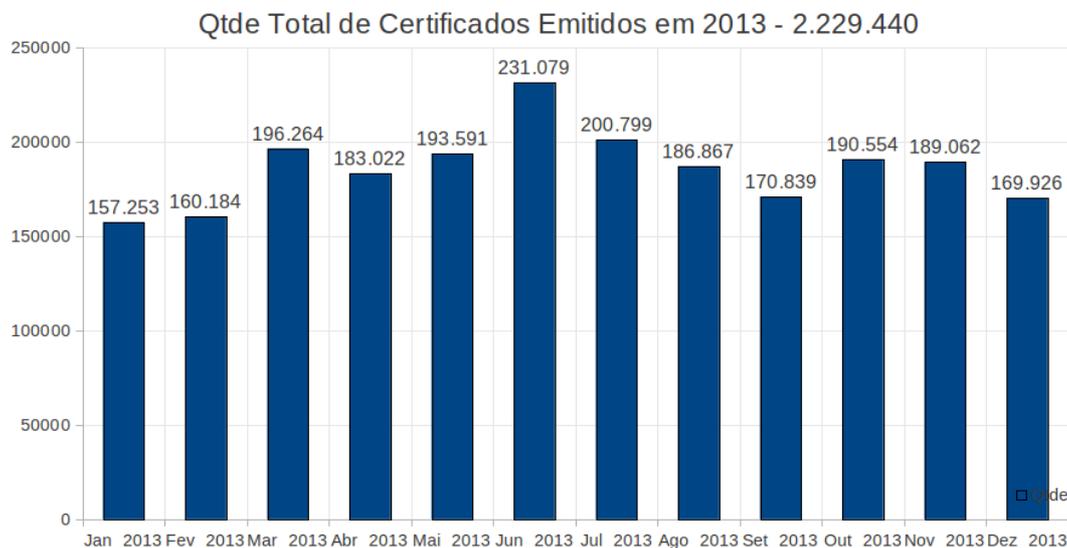
Instalações Técnicas Físicas e Pontos de Atendimento

Região	Qtde IT	Qtde PA
CENTRO-OESTE	172	412
NORDESTE	205	571
NORTE	94	221
SUDESTE	742	2.071
SUL	262	1.178
TOTAL	1475	4.453

Fonte: ITI-Dezembro/2013

A Massificação do uso da Certificação Digital ICP – Brasil medida em termos de certificados emitidos registrou crescimento significativo nos últimos anos.

Evolução da ICP-Brasil



Fonte: ITI Dezembro/2013

Os números comprovam os avanços: no exercício de 2013 foram emitidos 2.229.440 certificados digitais da ICP – Brasil, 6,16% a mais do que em 2012, quando foram emitidos 2.100.000 certificados.

4 – Evolução: garantir que a Certificação Digital ICP – Brasil acompanhe a evolução tecnológica de modo a assegurar aos seus usuários o estado-da-arte em segurança da informação e, com isto, assegurar permanentemente segurança jurídica às transações e documentos eletrônicos.

No ano de 2013 foi dada continuidade ao processo de modernização da Infraestrutura de Chaves Públicas. Os equipamentos que entraram em obsolescência tecnológica foram substituídos, ao tempo em que foram ampliados alguns sistemas para atender a crescente demanda da ICP – Brasil. Dessa feita, foram realizados os seguintes investimentos:

- a) aquisição de ativos de rede – *Switches Ethernet*; e
- b) aquisição parcial dos equipamentos de rastreabilidade.

Contudo, em virtude do contingenciamento imposto pela Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013, ações previamente planejadas constarão da lista de demandas de tecnologia a serem priorizadas pelo CETI para o exercício de 2014.

No exercício também foi promovida a modernização nos requisitos de homologação de equipamentos de certificação digital, inserindo-se novas tecnologias aplicáveis em cartões inteligentes, tokens e módulos de segurança criptográficos. No período também foi finalizado o desenvolvimento de um sistema de referência para AC - Autoridade Certificadora e AR – Autoridade de Registro, chamado HAWA, com vistas à padronização de procedimentos das

entidades credenciadas, assim como foi finalizado o sistema de assinatura digital, adotando-se os padrões da ICP - Brasil

A expectativa para 2014 é que aplicações com certificados digitais comecem a surgir para a telefonia móvel e tablets, garantindo a esses equipamentos eletrônicos a segurança da ICP – Brasil.

Por fim, registre-se que o ITI ainda opera com a mesma estrutura desde sua criação, limitada a apenas 41 DAS, e sem dispor de quadro próprio de servidores, é obrigado a valer-se de mão de obra terceirizada para serviços de suporte a usuários e infraestrutura tecnológica e apoio administrativo. Não dispõe de prédio próprio, ficando sujeito a variações de mercado relativas a custo de aluguel. A terceirização aliada à falta de prédio próprio acarreta grande impacto orçamentário, limitando avanços em investimentos imprescindíveis na área tecnológica.

2.2.3 Ações

2.2.3.1 Ações - OFSS

QUADRO A.2.2.3.1.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.128.2038.4858		Tipo: Atividade			
Título	Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil					
Iniciativa	02D2 – <i>Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.</i>					
Objetivo	0605 - <i>Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.</i>					
Programa	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
60.000,00	60.000,00	52.750,00	52.750,00	52.750,00	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Eventos voltados à Divulgação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
		20	20	12	12	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0	0	0	

2.2.3.1.1.1 Análise Situacional

No exercício de 2013 foram desenvolvidas diversas ações para Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital ICP – Brasil, tanto no âmbito do ITI quanto das demais entidades interessadas nos benefícios da ferramenta.

O ITI lançou, em 20/02/2013, seu novo vídeo institucional. Produzido durante o segundo semestre de 2012, o filme está disponível para download no site do ITI – <http://www.iti.gov.br/noticias/multimedia> e em seu canal no Youtube – <http://youtube.com/itidigital> com versões legendadas em português e inglês, tendo sido preparadas também cópias em DVD e Blu-Ray para distribuição nacional.

O grande desafio do vídeo era tornar fácil a compreensão dos conceitos das tecnologias da informação e comunicação, para que o cidadão pudesse conhecer os benefícios que a certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP – Brasil oferece, tais como: segurança da informação, validade jurídica de transações eletrônicas, dentre outros.

Em 27/06/2013 foi lançado o Mapa da Certificação Digital. O Mapa é um sistema georreferenciado, criado pela Federação Nacional de Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas – FENACON, que permite localizar e traçar a rota de qualquer ponto do País até a sede da Autoridade de Registro – AR mais próxima, onde se pode obter o Certificado Digital da ICP – Brasil.

A Confederação Nacional dos Municípios – CNM emitiu Nota Técnica com explicações sobre a Certificação Digital ICP – Brasil. O documento destaca benefícios que o uso da certificação digital proporciona em operações na gestão pública, dentre os quais pode-se destacar a agilidade, produtividade, segurança e integridade das transações eletrônicas.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco também lançou cartilha para auxiliar no uso da Certificação Digital ICP – Brasil, enquanto a OAB-SP divulgou cartilha sobre o processo e peticionamento eletrônico.

A OAB-RJ, por sua vez, realizou diversas ações para divulgação do uso do Certificado Digital, como o Projeto “Caravana Digital” que orientou advogados do Estado sobre o peticionamento eletrônico.

Quanto à Disseminação da Certificação Digital ICP – Brasil, ressalte-se que diversas transações passaram a exigir o uso de certificados digitais, tais como:

- a) a nova carteira de estudantes, que garantirá a meia entrada nos eventos esportivos que o Brasil sediará;
- b) o registro de entidades sindicais no Cadastro de Entidades Sindicais – CNES,
- c) o envio de Declaração de IR para contribuinte com rendimento superior a R\$ 10 milhões;
- d) o Tribunal de Justiça de São Paulo – TJSP tornou obrigatório o peticionamento eletrônico;
- c) a transmissão de Declaração de Aplicação de Verbas da Saúde (SIOPS);
- e) o acesso ao Sistema RENAJUD – Sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores;
- f) a fiscalização pelo MAPA de mercadorias de origem animal e vegetal importadas e exportadas;
- g) o acesso ao Conectividade Social para empresas até 10 empregados;
- h) obtenção do Conhecimento de Transporte Eletrônico-CT por empresas que prestam serviço de transporte de cargas; e
- i) acesso ao Sistema HomologaNet do Ministério do Trabalho e Emprego para cadastro de

informações referentes a rescisões contratuais, dentre outras.

Com relação às ações empreendidas pelo ITI destacam-se o CertForum, evento destinado a divulgar e popularizar os benefícios da Certificação Digital ICP – Brasil. O ITI organizou o 11º CertForum – Fórum de Certificação Digital, nos dias 11 e 12 de setembro, em Brasília.

O Fórum teve como objetivo disseminar e debater o futuro da certificação digital no País e contou com a presença de mais de 500 participantes por dia, além de 14 órgãos públicos, entidades de classe, pesquisadores, especialistas, empresários, acadêmicos, estudantes, funcionários públicos e fornecedores de soluções. Em todas as etapas houve a participação dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

A tecnologia da ICP – Brasil obteve o reconhecimento dos palestrantes e público presente como a melhor ferramenta digital de integridade e legalidade da rede mundial de computadores.

No exercício de 2013, o ITI publicou 2 (duas) edições da Revista Digital, o material está disponível no site Instituto. Não houve impressão das edições em face do corte orçamentário imposto pela Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013.

A Assessoria de Comunicação – ASCOM, área responsável pela interlocução entre a Instituição e o cidadão, publicou 37 (trinta e sete) Boletins Digitais, com matérias sobre os avanços e benefícios da Certificação Digital ICP – Brasil. O Boletim é enviado a 6.298 (seis mil, duzentos e noventa e oito) endereços válidos de e-mail. A ASCOM também interagiu diariamente nas redes sociais Facebook e Twitter, atendendo a demandas de toda ordem voltadas ao uso do certificado Digital da ICP – Brasil.

2.2.3.1 Ações - OFSS
QUADRO A.2.2.3.1.2 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.125.2038.4912			Tipo: Atividade		
Título	Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviço de Certificação Digital e Normatização da ICP - Brasil					
Iniciativa	02D2 – <i>Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.</i>					
Objetivo	0605 - <i>Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.</i>					
Programa	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000,00	300.000,00	60.894,04	51.131,33	51.131,33	0	9.762,71
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Auditoria/Fiscalização realizada		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
		100	100	100	120	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
151.670,00	151.670,00	0	0	0	0	

2.2.3.1.2.1 Análise Situacional

A **ICP - Brasil** foi criada com o objetivo de regulamentar a utilização da Certificação Digital no País. Nas raízes de sua criação encontramos um conjunto de normas e padrões que visam, além de permitir a compatibilidade entre os certificados de diversas origens, prover um nível de segurança compatível com padrões internacionalmente aplicados, garantindo a interoperabilidade em sua operação.

Assim sendo, a determinação para Auditar, Fiscalizar e Normalizar as atividades e entidades que compõem a **ICP - Brasil** assume um papel relevante, pois contribui para o atingimento dos objetivos estratégicos de sua criação.

As atividades das entidades integrantes da **ICP-Brasil** estão associadas ao conceito de

cadeia de confiança. Os processos de Auditoria e Fiscalização periódicas representam instrumentos que evidenciam e demonstram esta percepção transmitindo à comunidade de usuários dos serviços de Certificação Digital no Brasil a confiança e a confiabilidade do sistema nacional adotado no Brasil.

Neste contexto, a **DAFN** conta, formalmente, com uma estrutura hierárquica composta de duas Coordenações:

- a) Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização; e
- b) Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa.

As ações da DAFN durante o ano de 2013 compreenderam as atividades abaixo informadas:

1. **AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO**

- ✓ Auditoria Operacional nas Autoridades Certificadoras de 1º nível;
- ✓ Auditoria Pré-Operacional nas Autoridades Certificadoras de 1º e 2º níveis;
- ✓ Auditoria Pré operacionais em ACT;
- ✓ Fiscalização em entidades da **ICP - Brasil**;
- ✓ Credenciamentos em rito sumário de AR e de novas Instalações Técnicas de AR's;
- ✓ Análise de documentação técnica das AC (PC's, DPC's e PS's);
- ✓ Treinamento e capacitação técnica dos Auditores e Fiscais;
- ✓ Apresentação de palestras em eventos de certificação digital abordando o modelo de Auditoria e Fiscalização da **ICP - Brasil**, como uma diretriz estratégica para melhorar o conhecimento de suas normas principalmente as do modelo de Auditoria Técnico Operacional adotado;
- ✓ Acompanhamento do desenvolvimento dos sistemas de informação de Auditoria;
- ✓ Manutenção de base de dados do sistema de informação do **ITI**; e
- ✓ Manutenção do laboratório de auditoria, para suporte às atividades da **DAFN**.

2. **NORMALIZAÇÃO E PESQUISA**

- ✓ Gestão do arcabouço técnico-normativo da ICP - Brasil;
- ✓ Editoração, produção, retificação e controle de versões de normativos criados, publicados e retificados;
- ✓ Publicação dos normativos no DOU e no sítio WEB do ITI;
- ✓ Manutenção das normas e padrões definidas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil;
- ✓ Resposta a consultas técnicas;
- ✓ Acompanhamento técnico do trabalho de retificação do conjunto normativo 15;
- ✓ Participação nas reuniões de especificação do cartão RIC;
- ✓ Adaptação do modelo de avaliação de conformidade da ICP - Brasil ao Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (SBAC), operacionalizado pelo INMETRO;
- ✓ Estudo das normas de ETSI, IETF-PKIX e NIST relacionadas à certificação digital;
- ✓ Assessoramento ao Grupo de Trabalho de resposta a incidentes do ITI;
- ✓ Gestão de OID do arco ICP - Brasil;
- ✓ Assessoria técnica às entidades da ICP - Brasil;

- ✓ Proposição a partir de reavaliação para implementação de certificado de atributo; e
- ✓ Implementação das novas políticas de assinatura para a cadeia V2 da AC Raiz.

AÇÕES VINCULADAS AO PLANO PLURIANUAL
PPA 2038 - DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA
4912 - AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO NOS PRESTADORES DE SERVIÇO DE
CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Através de ações de Auditoria e Fiscalização nos **Prestadores de Serviços de Certificação - PSC's**, é feita a verificação do cumprimento das políticas, diretrizes e normas definidas pelo **Comitê Gestor da ICP Brasil (CG/ICP - Brasil)**.

Essas ações são divididas em:

- Auditorias Pré-Operacionais e Operacionais e
- Fiscalizações e Análise, Avaliação de aprovação de relatórios de auditorias realizadas por terceiros, que juntas proporcionam a elevação dos níveis de qualidade e dos níveis de segurança nas operações eletrônicas e processos manuais, através da verificação dos procedimentos operacionais e tecnológicos adotados pelos **PSC's**.

OBJETIVOS E METAS

Para o exercício de 2013 foram estabelecidas as metas abaixo com o objetivo de transmitir confiança à comunidade de usuários dos serviços de Certificação Digital no Brasil, por meio de auditorias e fiscalizações nos PSC.

ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO	UNIDADES CONTROLADAS
Auditoria Operacional em AC	6
Auditoria Pré-Operacional em AC	5
Auditoria Pré-Operacional de ACT	2
Fiscalizações em AC	6
Fiscalização em AR	30
Análise de Credenciamento de AR	50
Credenciamento de Empresas de Auditoria	01
TOTAL	100

As auditorias pré-operacionais em AC de 1º nível, AC de 2º nível, AR e ACT são realizadas sob demanda, conforme são solicitados os credenciamentos desses PSC na ICP - Brasil, já as auditorias operacionais anuais em AC de 1º nível são agendadas anualmente e revisadas

trimestralmente e as fiscalizações realizadas a qualquer tempo.

RESULTADOS DAS FISCALIZAÇÕES E AUDITORIAS DOS PSC's

Resultados Quantitativos e Qualitativos alcançados

TIPO DE ATIVIDADE(A)	PREVISTO(B)	REALIZADO(C)	(C/B)
Auditoria Operacional em AC 1º nível	6	10	166%
Auditoria Pré-Operacional em AC	5	7	140%
Auditoria Pré-Operacional de ACT	2	2	100%
Fiscalizações em AC e AR	36	19	52%
Análise de Credenciamento de AR	50	82	164%
Credenciamento de Empresas de Auditoria	1	1	100%
TOTAL	100	121	121%

EVOLUÇÃO DA ICP BRASIL

Credenciamentos	Total Até 2010	2011 Total	2012 Total	2013 Total	Acréscimo em relação a 2012
Autoridades Certificadoras	39	42	46	52	13%
Autoridades de Registro	319	178	238	294	23%
Instalações Técnicas Físicas	861	1.109	1.354	1.478	9%
Audidores Independentes	11*	13	14	14	0%
Qtde Municípios com IT	100	338	437	488	12%
Certificados emitidos	2.255.000	2.025.000	2.100.000	2.229.400	6%
Tentativas/fraudes na emissão de certificado	1	8	43	178	313%

Fonte: ITI - SITUAÇÃO EM 31.12.2013

A solução adotada neste exercício e que vem sendo paulatinamente incrementada para enfrentar esta situação é a implementação de sistemas informatizados visando suprir a deficiência de recursos humanos através da automação de processos e a adaptação de procedimentos, usando ferramentas que agreguem o conhecimento de todos os profissionais da DAFN.

Esta estratégia objetiva a redução no tempo de auditoria e a possibilidade de direcionamento das atividades de fiscalização a itens específicos, facilitando, inclusive, a atividade de avaliação à distância para requisitos e itens previstos nas Resoluções onde não se faz necessário a ação presencial do Fiscal, possibilitando a realização de testes em maior quantidade com maior qualidade.

Em 2013 não foi possível cumprir a meta de fiscalização de ACs e ARs em decorrência do acréscimo principalmente de Acs, na ordem de 13%. Com a quantidade de auditores/fiscais sem acréscimo desde 2003, é necessário priorizar outras tarefas para compensar a realização de outras, neste exercício foi necessário realizar mais auditorias de credenciamento em detrimento às fiscalizações.

Esta medida não traz consequência no atingimento da meta física, entretanto, para efeito de manutenção da cadeia de confiança apresenta sério risco à ICP Brasil, uma vez que a quantidade de ACs e ARs cresceu 13 e 23%, respectivamente, e a capacidade de auditar e fiscalizar permanece estabilizada, ao passo que desde 2005 temos a mesma meta 100 auditorias/ano.

Se por um lado há a necessidade de aumentar a quantidade de auditorias e fiscalizações no mínimo em proporções iguais ao do crescimento das entidades e emissões de certificados, por outro, limitações de recursos humanos impedem a realização de ações que a demanda requer.

Já foram encaminhadas à direção do ITI e posteriormente ao Ministério do Planejamento e Casa Civil estudo e proposta para suprir o quadro de servidores da DAFN/ITI, entretanto, ainda não houve atendimento.

OUTRAS ATIVIDADES NÃO VINCULADAS AO PLANO PLURIANUAL

As Autoridades de Registro já credenciadas podem a qualquer tempo iniciar Atividades Operacionais em outros endereços de Instalações Técnicas ou Postos Provisórios como regulamentado pelo DOC ICP 03, desde que autorizados pelo ITI e, ainda, bem como alterar seus Regulamentos Normativos. Essa autorização é realizada mediante análise efetuada pela DAFN e pela Procuradora Federal Especializada e resultaram nas seguintes atividades:

ATIVIDADES	2011	2012	2013
Autorização de funcionamento de Posto Provisório	57	36	7
Análise de PC's e DPC's – Autoridades Certificadoras	26	9	21
Análise de pedido de descredenciamento	3	9	0
Análise de pedido de criação/extinção e alteração de Instalações Técnicas de AR's	24	65	75
Credenciamento sumário de AR	241	139	219

AUDITORIAS REALIZADAS POR AUDITORIAS INDEPENDENTES

As Auditorias Operacionais em AC's que não sejam de 1º nível são realizadas por empresas de Auditoria Independente, cadastradas junto ao ITI, e que também podem ser contratadas pelas AC's para realizar Auditorias Operacionais em AR's e PSS's.

As Auditorias Independentes também participam do processo de credenciamento de AR's. Neste procedimento, a Solicitação de Credenciamento de AR é encaminhada à DAFN com um relatório da Auditoria Independente, atestando a conformidade da entidade candidata. A DAFN analisa e verifica as condições para credenciamento da proponente, emitindo parecer.

Esses procedimentos visam descentralizar, de forma controlada, a realização das Auditorias na ICP - Brasil, uma vez que a quantidade de entidades credenciadas tende a crescer substancialmente, não sendo possível à AC Raiz auditar diretamente todas elas, face à limitação de recursos humanos.

Em 2013 foram realizadas pelas Empresas de Auditoria Independentes e Entidades de

Auditorias Internas devidamente credenciadas pela DAFN as seguintes atividades:

Atividades	Quantidade		
	2011	2012	2013
Relatório de Auditoria Operacional em AC's	23	29	34
Relatório de Auditorias Operacionais em AR's e ITs	60	133	637
Relatório de Auditorias Pré-Operacionais em AR's	178	101	82

ATUALIZAÇÃO DO SÍTIO WWW.ITI.GOV.BR

Embora não sendo atribuição oficial, foi assumida pela DAFN o envio quinzenal de dados dos PSC's, para a atualização do site www.iti.gov.br, domínio oficial da ICP – Brasil. Esses dados servem de referência para desenvolvedores de aplicações e demais usuários, que consultam, entre outros dados relevantes, a Lista das Entidades em Credenciamento, Entidades Credenciadas e respectivos Certificados Digitais.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA NORMALIZAÇÃO E PESQUISA

A Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa (CGNP) vem realizando trabalhos de revisão, manutenção e proposição de normas técnicas e operacionais relacionadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP - Brasil). Neste sentido, vem constantemente estudando e acompanhando os padrões, regulamentos, recomendações e especificações internacionais relacionadas à ICP – Brasil.

Em 2013, foram aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil (CG ICP-Br) e publicadas pela CGNP 5 (cinco) Resoluções.

Para disseminar conhecimentos e sanar dúvidas sobre a ICP-BRASIL, foram realizadas inúmeras reuniões com entes da iniciativa pública e privada, quais sejam: Ministério das Relações Exteriores, Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Defesa, Receita Federal, Secretaria da Fazenda de Goiás, Ordem dos Advogados do Brasil, Itamaraty, Correios, AC Valid, AC Certisign, AC PRODEST, DigitalSign Portugal, AC Jus, WISeKey, AC SERPRO, AR Correios, Valid Certificadora, LEA, INMETRO, PKI Consulting, True Access, AC Boa Vista, CONSID. Destaca-se a visita da Delegação Chinesa ao ITI e o Projeto de Cooperação Técnica entre o ITI e o Governo de El Salvador.

A Coordenação de Normalização e Pesquisa – CGNP compõe e preside o Grupo de Trabalho que revisa o Manual de Condutas Técnicas.

Em relação às gerações dos códigos de máquina das Políticas de Assinatura (PA) e das Listas de Políticas de Assinatura Aprovadas (LPA), seja por versionamento para correção, atualização ou revalidação (LPAs vencem a cada noventa dias), a CGNP atuou na criação e atualização dessas PAs e LPAs, disponibilizando os códigos para publicação no repositório da AC Raiz.

Segue relação de normas elaboradas/atualizadas e publicadas pelo ITI, sendo que as Resoluções são aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil, antes de sua publicação:

- ✓ Resolução nº 97 - Autoriza procedimento específico para atendimento à emissão de passaportes brasileiros.
- ✓ Resolução nº 98 - Aprova a versão 2.0 do documento “Manual de Uso da Marca ICP - Brasil”.
- ✓ Resolução nº 99 - Amplia prazo de validade de certificados das hierarquias da ICP - Brasil que implementam exclusivamente algoritmos de curvas elípticas.
- ✓ Resolução nº 100 - Altera a Resolução nº 96, de 27 de setembro de 2012, que aprova o regulamento para homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital, no âmbito da ICP - Brasil (DOC-ICP-10).
- ✓ Resolução nº 101 - Autoriza procedimento específico para atendimento à emissão de certificados digitais para assinar digitalmente os documentos de viagem de brasileiros, revogando a Resolução nº 97.

RECURSOS HUMANOS

No exercício de 2013, a DAFN contou com a seguinte força de trabalho:

- **Diretoria - DAFN:** um Diretor e um funcionário administrativo terceirizado;
- **Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização – CGAF:** um Coordenador-Geral, três Assessores com a função de Auditor e 3 Assistentes Técnicos, que prestam apoio aos Auditores. Esses 7 (sete) profissionais se dedicam também à execução das Funções de Fiscalização, cada um deles com especialização e proficiência em tópicos distintos constantes das Resoluções da ICP - Brasil. Contou ainda, com 4 (quatro) funcionários administrativos terceirizados; e
- **Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa - CGNP:** um Coordenador-Geral, um Assistente Técnico e dois funcionários administrativos terceirizados.

Pelo número de atividades de Auditorias, Fiscalizações, Normalizações e Pesquisas apresentadas no presente documento, fica evidente que a quantidade de força de trabalho ora lotada na DAFN é insuficiente para atender a demanda, cada vez mais crescente, de pedidos de credenciamento junto à ICP - Brasil, bem como, de evolução e atualização de suas bases normativas e técnicas.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A DAFN participou do 11º CertForum - FÓRUM DE CIDADANIA DIGITAL, promovido pelo ITI em Brasília, como palestrante e mediador da mesa “ICP - Brasil e o Mercado de Certificação Digital”, contando ainda com a participação dos seguintes servidores: André Quezado, Alexandre Menezes Ribeiro, Aílton Tiscate, Eurípedes Junior, Érica, Pedro Paulo Lemos Machado, Pedro Pinheiro Cardoso e Wilson Roberto Hirata.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

No âmbito internacional, a Diretoria de Auditoria de Fiscalização e Normalização - DAFN mantém Projeto de Cooperação Técnica com Cabo Verde, denominado “Reforço Institucional da Infraestrutura de Chaves Públicas de Cabo Verde”. Em 2013, servidores do ITI realizaram auditoria pré-operacional nas instalações da Entidade de Certificação Raiz de Cabo Verde.

O Brasil, representado pelo ITI, tem a missão de capacitar profissionais do governo cabo-verdiano para operarem o sistema de certificação digital do país, além de prestar assessoria técnica e administrativa. Em setembro/2013, o ITI ministrou curso de capacitação para funcionários da Agência Nacional de Cabo Verde – ANAC que trabalham na implantação da ICP-CV, do Banco Central, da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento (SISP), do Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSI), do setor de cartórios e empresas privadas de Cabo Verde.

O ITI recebeu em 2013 a visita de delegações do exterior, o que aponta a importância e o alcance que o Sistema de Certificação Digital Brasileiro vem ganhando no cenário internacional. Além dos positivos trabalhos de Cooperação Técnica com a República de El Salvador, o Instituto também recebeu comitiva da China para apresentar a ICP – Brasil. A comitiva chinesa, com mais de 20 representantes, foi presidida pelo Diretor-Geral do Departamento de Serviço Técnico Público da China – Sr. Zhou Min. O Peru também demonstrou interesse em conhecer a Certificação Digital ICP – Brasil e pode se constituir em uma nova parceria para 2014.

CONCLUSÃO

Entendemos que as ações que a **DAFN** promoveu, em atendimento às suas atribuições e competências, no exercício de 2013, contribuíram sobremaneira para manter e elevar o padrão de segurança dos produtos, serviços e processos de certificação digital no Brasil pela ICP – Brasil.

O aumento da Confiabilidade e Segurança para os usuários da ICP - Brasil pôde ser constatado pelo aumento do número de usuários e de aplicações utilizando certificados digitais ICP-Brasil em torno de 4%, bem como, pelas orientações que os integrantes da ICP - Brasil passaram a seus usuários, garantindo assim, a qualidade dos produtos, serviços e processos realizados na ICP – Brasil.

Os avanços obtidos na implementação das Fiscalizações à Distância utilizadas de forma a avaliar os requisitos estabelecidos em norma de forma sistêmica, abrangendo todas as AC's da ICP - Brasil, em uma questão fundamental para uma Infraestrutura de Chaves Públicas que é a Emissão de Certificados e o Gerenciamento das LCR's, bem como a manutenção da Disponibilidade de seus repositórios. No exercício de 2013 foram realizadas 120 auditorias e fiscalizações nas entidades credenciadas no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP – Brasil.

As atividades abrangeram auditorias operacionais, credenciamento de órgão de auditoria interna, credenciamento de órgão de auditoria independente, credenciamento de Autoridades de Registro - AR, credenciamento de Autoridades Certificadoras - AC, credenciamento de Autoridade de Carimbo de Tempo, credenciamento de Prestador de Serviço de Suporte - PSS, descredenciamento de entidades e fiscalizações.

A estrutura da ICP - Brasil continua em plena expansão: em 2013, duas novas Autoridades Certificadoras de 1º nível foram credenciadas, o que evidencia o potencial econômico dos certificados digitais.

O êxito em 2013 se deve também à expressiva quantidade de certificados emitidos: 2.230.000.

Por outro lado, o crescimento das entidades credenciadas na ICP - Brasil vem demandando

cada vez mais esforços para cumprir as exigências regulamentares de auditoria e fiscalização.

A crescente emissão de certificados digitais impõe um controle ainda maior sobre fraudes e tentativas, razão pela qual o ano de 2013 foi marcado pela intensificação nos estudos para aumentar o combate às fraudes no ato da emissão do certificado digital, um trabalho fundamental e que deve continuar em 2014. O ITI já tem produzido estudos para aderir a novas políticas e tecnologias, como a biometria, para identificação do requerente ao certificado ICP – Brasil.

Em termos orçamentários, o Instituto sofreu uma redução drástica na disponibilidade de recursos, em função do disposto na Portaria nº 268, 30/01/2013, com efeitos sobre todas as atividades.

A área vem sofrendo também com a ausência de quadro próprio de servidores, o que exige a utilização de profissionais cedidos por outros órgãos e empossados em DAS, ao passo que observa-se aumento significativo de entidades credenciadas.

Foi proposta à Casa Civil, com parecer favorável, a adoção do Plano de Carreira de C&T, para posterior criação de quadro próprio. O processo encontra-se em análise no MPOG.

2.2.3.1 Ações - OFSS
QUADRO A.2.2.3.1.3 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.128.2038.4917			Tipo: Atividade		
Título	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP – Brasil					
Iniciativa	02D2 – <i>Massificação e Aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios e da Sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP – Brasil, como forma de assegurar sua interoperabilidade, capilaridade, acessibilidade e eficácia jurídica às transações e documentos eletrônicos, bem como contribuir para a preservação do meio ambiente ao permitir a desmaterialização de processos e documentos.</i>					
Objetivo	0605 - <i>Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.</i>					
Programa	2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública					
Unidade Orçamentária	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.328.000,00	3.928.000,00	3.224.768,86	2.590.669,46	2.517.831,04	139.314,76	132.086,32
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Serviço mantido – Percentual de disponibilidade do sistema		Percentual	Previsto	Reprogramado	Realizado	
		99	99	99	99	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
390.430,00	390.430,00	0	0	0	0	

2.2.3.1.3.1 Análise Situacional

As ações desenvolvidas pela Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA tem como finalidade garantir o pleno funcionamento, por meio da disponibilidade e integridade, da Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, propiciando aos seus usuários a adequada segurança da informação, necessária para garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos.

Trata-se de uma ação fundamental para o Instituto, estando nela abrigada grande parte das principais atividades finalísticas do ITI.

O ITI cumpriu em 2013 sua missão institucional maior ao garantir a segurança da

informação no âmbito da ICP - Brasil e ao manter a disponibilidade do sistema dentro dos patamares legais, ou seja, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, a uma taxa de 99,9% de disponibilidade.

Em um ano em que a espionagem internacional virtual colocou em evidência a vulnerabilidade de sistemas de comunicação, a manutenção da segurança do sistema da ICP - Brasil é um grande trunfo e indica a correta execução das políticas de segurança, que já utilizavam padrões abertos, auditáveis e totalmente produzidos com tecnologia nacional, o que permitiu atestar a robusta segurança do sistema de certificação digital nacional.

Os resultados obtidos em 2013 com relação à Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil podem ser avaliados a partir das seguintes frentes:

1. Crescimento no número de entidades credenciadas na ICP – Brasil

O interesse de grandes corporações em tornar-se entidades integrantes da ICP - Brasil indica o sucesso de sistema. A estrutura da ICP - Brasil continua em plena expansão.

Registre-se que a emissão de novos certificados para Autoridades Certificadoras de 1º nível envolve uma série de análises e ajustes técnicos que levam meses para conclusão. Em 2013 foram emitidos 3 (três) certificados para as seguintes Autoridades Certificadoras de 1º nível dentro cadeia “v2”:

- AC BOA VISTA;
- AC PR v4;
- AC DIGITAL SIGN.

Além da emissão dos Certificados, foram emitidos pela AC-Raiz 15 (quinze) Listas de Certificados Revogados (LCRs) distribuídas entre as cadeias v1, v2 e v3.

2. Apoio aos projetos de aplicações com suporte à certificação digital ICP - Brasil no âmbito do Setor Público

O crescimento no uso da certificação Digital ICP–Brasil se dá à medida que novas aplicações passam a adotar os serviços viabilizados através da Infraestrutura de Chaves Públicas, que tem como alicerce a AC Raiz da ICP – Brasil. Portanto, é objetivo do ITI promover a proposição aos órgãos setoriais das três esferas de governo, em seus três poderes, projetos de aplicações focadas no cidadão, com suporte à Certificação Digital ICP – Brasil.

No decorrer de 2013 o Instituto participou do desenvolvimento dos seguintes projetos:

- **Registro Único de Identificação Civil (RIC)** – O RIC está sendo revisto devido às iniciativas de alguns estados, como São Paulo e Espírito Santo, para a modernização dos seus processos e documentos de identificação.
- **Modernização do Passaporte Brasileiro** – A exigência da *International Civil Aviation Organization* (ICAO) dos certificados digitais utilizados para assinar passaportes possuem validade igual ou superior ao próprio documento, aliada à implementação de novos algoritmos criptográficos da família SHA2 e RSA com 4096 bits, motivou a aprovação por parte do Comitê Gestor da extensão do prazo máximo de validade dos certificados digitais

tipo A3 e A4 para 5 anos, em 2012. A fim de que o passaporte eletrônico brasileiro pudesse se adequar ao padrão *Public Key Directory* – PKD, instituído pela ICAO, entre outras modificações aplicadas, o certificado da AC Raiz passou a ter validade máxima de 20 anos quando utilizar criptografia de Curvas Elípticas, ou 13 anos para os demais casos, podendo este prazo ser revisto de acordo com as definições estabelecidas pelo CG da ICP – Brasil.

• **Certificado de atributo em carteiras de estudantes** – Para atender exigências da Lei Geral da Copa e garantir a meia-entrada na Copa das Confederações e na Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, a carteira de identificação estudantil – CIE - terá novo padrão de segurança. Foi aprovada a Lei 12.933/2013, que institui que a CIE deverá seguir um modelo nacional único e publicamente disponibilizado pelas entidades autorizadas, devendo a carteira estudantil fazer uso da certificação digital ICP – Brasil. Estudantes terão 50% de desconto para compra dos bilhetes nas duas competições organizadas pela FIFA, chamados de ingressos categoria 4.

3. Operacionalização da AC-Raiz

Para garantir a disponibilidade, com o contingenciamento das chaves criptográficas e pleno funcionamento da AC Raiz, são mantidos 2 (dois) Centros de Certificação Digital – CCD, sendo um em Brasília/DF, nas instalações da Presidência da República e outro em Florianópolis/SC, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Os CCDs são compostos de sistemas redundantes e autônomos, compostos dos seguintes subsistemas:

- ✓ Subsistema de Alimentação Elétrica;
- ✓ Subsistema de Climatização;
- ✓ Subsistema de Detecção e Combate a Incêndio;
- ✓ Subsistema de Supervisão e Controle;
- ✓ Subsistema de Controle de Acesso e Vigilância.

Em virtude da alta disponibilidade exigida pelo Ambiente Seguro do ITI é necessário manter contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas descritos acima. Todos os subsistemas descritos acima são monitorados em regime 24 x 7 por equipe especializada. Além disso, faz-se necessário manter contrato para prestação de serviço de provimento dos meios físicos e lógicos para acesso à Internet para os dois sítios do ambiente principal e, ainda, para o sítio do ambiente de contingência.

Em tais CCDs são também mantidos os repositórios da AC Raiz – parte online disponível para acesso através da Internet – onde são disponibilizados os Certificados, as Listas de Certificados Revogados (LCR) e políticas de assinaturas, em sítios de Internet com infraestrutura completamente redundantes. A partir de 2013 essas informações passaram a ser disponibilizadas em três sítios de Internet, ao invés de dois, sendo dois no CCD de Brasília/DF e um terceiro em Florianópolis/SC. Assim, a partir da instalação e configuração dos equipamentos adquiridos em 2013 para atualização do parque tecnológico, a infraestrutura do ambiente de Internet da AC Raiz foi ampliada em 50%.

A fim de atender aos normativos, passaram a ser disponibilizados 03 (três) servidores

redundantes que respondem pelo mesmo domínio “acraiz.icpbrasil.gov.br”, em 03 (três) infraestruturas distintas, de forma que haverá indisponibilidade somente quando todos os servidores/informação estiverem simultaneamente indisponíveis. Havendo a indisponibilidade de alguma infraestrutura o serviço sofrerá degradação no acesso proporcional ao número de servidores/informação indisponíveis, porém o conteúdo manter-se-á acessível. Considera-se sítio Internet cada infraestrutura composta por servidores, ativos de rede, endereçamentos IP, etc., independentes para o provimento dos serviços.

Além disso, a administração e o gerenciamento dos repositórios da AC Raiz, o repositório das Políticas de Assinatura da ICP - Brasil, homologação de equipamentos e sistemas da ICP - Brasil e a Entidade de Auditoria de Tempo, também fazem parte de atividades rotineiras para o pleno funcionamento da AC Raiz.

No exercício de 2013 foi possível garantir a disponibilidade do Sistema de Certificação Digital e da Entidade de Carimbo do Tempo – ECT da ICP - Brasil, a uma taxa de 99,99%, para todos os ambientes – principal, backup e de contingência, conforme exige a legislação vigente.

Para tanto, foi contratada empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro e foram contratados os meios físicos e lógicos para acesso à Internet (Infovia Brasília) para os dois ambientes principal e de contingência.

A fim de manter a disponibilidade das informações mantidas nos repositórios da AC Raiz também foi contratada a manutenção preventiva e corretiva continuada das soluções de armazenamento de dados (*Storages*), uma vez que a garantia fornecida inicialmente pelo fabricante se expirou.

O contrato de vigilância foi adequado para o pleno atendimento das particularidades do ambiente seguro. Com relação à infraestrutura para operação da Entidade de Carimbo do Tempo, foi possível encaminhar as providências legais para contratação de suporte, manutenção preventiva e corretiva para os sistemas e equipamentos BRY e THALES, cuja formalização se deu em 2013.

No ano de 2013 foi realizada a auditoria de conformidade da AC Raiz pela empresa PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PWC). Ou seja, a primeira auditoria independentes cujos resultados foram satisfatórios e comprovaram que a AC Raiz opera em conformidade com os normativos vigentes. O contrato com a PWC expirou em dezembro/2013 e não foi renovado, uma vez que a vantagem para a Administração nos mesmos termos financeiros contratados não foi demonstrada. Assim, uma nova licitação será realizada em 2014 para uma nova contratação de auditoria independente para AC Raiz.

4. Modernização da Infraestrutura de Chaves Públicas

No ano de 2013 foi dada continuidade ao processo de modernização da Infraestrutura de Chaves Públicas. Os equipamentos que entraram em obsolescência tecnológica foram substituídos e ampliamos alguns subsistemas para atender a crescente demanda da ICP – Brasil. Dessa feita, foram realizados os seguintes investimentos:

- aquisição de ativos de rede – *Switches Ethernet e*
- aquisição parcial dos equipamentos de rastreabilidade.

Contudo, em virtude do contingenciamento imposto pela portaria nº 268, de 30 de julho de 2013, ações previamente planejadas para 2013, e não atendidas, constarão da lista de demandas de tecnologia a serem priorizadas pelo CETI para o exercício de 2014, a saber:

DINFRA - Serviços e Aquisições de TI priorizados para 2014				
1	Manutenção e atualização da plataforma criptográfica	Contratação da atualização e manutenção dos HSMs (Kryptus)	DINFRA	R\$ 500.000,00
2	Manutenção e atualização da plataforma criptográfica	Aprimoramento dos SGC Ywapa/Ywira e Hawa	DINFRA	R\$ 250.000,00
3	Solução de rastreabilidade	Aquisição de receptores GPS	DINFRA	R\$ 165.000,00
4	Infraestrutura de armazenamento da AC-Raiz	Aquisição de Placas HBAs	DINFRA	R\$ 60.000,00
5	Infraestrutura de armazenamento da AC-RaizS e Técnico	Aquisição de switch Fibre Channel com 24 portas	DINFRA	R\$ 530.820,00
6	Adequação Tecnológicas do Ambiente Seguro do ITI	Instalação de NOC e nível 3 na sede do ITI	DINFRA	R\$ 600.000,00
7	Auditoria da AC Raiz	Contratação de empresa especializada para realização de auditoria da AC Raiz	DINFRA	R\$ 200.000,00

O êxito em 2013 se deve também à expressiva quantidade de certificados emitidos: foram emitidos 2.230.000 certificados digitais - superando o ano anterior em um percentual de 8,15%.

O crescimento das entidades credenciadas na ICP - Brasil e da emissão de certificados digitais impõe um controle ainda maior sobre fraudes e tentativas, razão pela qual o ano de 2013 foi marcado pela intensificação nos estudos para aumentar o combate às fraudes no ato da emissão do certificado digital, um trabalho fundamental e que deve continuar em 2014. O ITI já tem produzido estudos para aderir a novas políticas e tecnologias, como a biometria, para identificação do requerente ao certificado ICP – Brasil.

Em termos de avanços tecnológicos, destacam-se o projeto HAWA que contribuiu de forma significativa para a nacionalização do sistema de software e hardware da ICP – Brasil:

Trata-se de uma nova versão do Sistema de Gerenciamento de Certificados Digitais (SGC), denominada versão HAWA que incorporou outras funcionalidades em termos de operação do ciclo de vida do certificado digital padrão ICP - Brasil da Autoridade Certificadora Raiz. A versão é conhecida como versão “on-line” do SGC pois é capaz de emitir certificados para usuários finais, além de possibilitar a criação de uma cadeia de testes a fim de validar várias funcionalidades antes da implementação na cadeia operacional da ICP – Brasil. A versão do SGC (Hawa) também poderá ser cedida para outras entidades (autoridades certificadoras) interessadas a emitirem certificados digitais com esta plataforma.

Ressalte-se que o sistema ICP - Brasil se utiliza de tecnologia nacional para operação da infraestrutura de chaves públicas (ICP) que possibilita total independência externa e plena auditoria visto que o ITI detém os direitos de propriedade do sistema SGC, possuindo amplo acesso ao código-fonte dos produtos desenvolvidos.

Além disso, o desenvolvimento do SGC em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina permitiu o fomento e desenvolvimento de pesquisa aplicada em ambiente acadêmico brasileiro, fomentando a formação de recursos humanos altamente especializados na área de

criptografia.

No período, também foi realizada a manutenção do SGC nas versões Ywapa e Ywya.

Outros importantes produtos gerados no exercício foram: o Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital e o Assinador Digital de Referência 2.0 para utilização plena do padrão ICP – Brasil. Tais produtos serão disponibilizados no decorrer do ano de 2014 para a sociedade em geral, de modo a facilitar o uso e aplicação de assinatura digital.

O Instituto sofreu uma redução drástica na disponibilidade de recursos orçamentários, em função do disposto na Portaria n° 268, 30/01/2013, com efeitos sobre todas as atividades.

Em termos de recursos humanos, a área vem sofrendo com a ausência de quadro próprio de servidores, o que exige a utilização de profissionais cedidos por outros órgãos e empossados em DAS.

Foi proposta à Casa Civil, com parecer favorável, a adoção do Plano de Carreira de C&T, para posterior criação de quadro próprio. O processo encontra-se em análise no MPOG.

2.2.3.1.4 Ações - OFSS

Com relação a Ações de Gestão, Manutenção e Serviços de responsabilidade da Unidade, o Instituto é responsável pela Ação 2000 inserida no contexto do Programa de Gestão e Administração da Presidência da República.

ACÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Identificação da Ação						
Código		10.20204.04.122.2101.2000				
Descrição		Administração da Unidade				
Unidade Responsável		Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI				
Unidade Orçamentária		20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.812.000	9.812.000	8.813.707	8.813.707	0	288.687	8.672.382
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Administração da Unidade	x	x	x	9.812.000	8.813.707

2.2.3.1.4.1 Análise Situacional

No exercício de 2013 foram envidados esforços para o atingimento das metas previstas no Planejamento Estratégico do Instituto e os resultados no âmbito da CGPOA foram os seguintes:

Infraestrutura Tecnológica Institucional

Com relação ao gerenciamento da infraestrutura tecnológica institucional, no primeiro semestre de 2013, procedeu-se à instalação de servidores, desktops e notebooks adquiridos por meio de licitação (Pregão 44/2012 e Pregão 42/2012, respectivamente). Quanto aos desktops, substituíram-se os equipamentos Dell 755, que estavam fora de garantia, pelas novas máquinas, sendo que os equipamentos antigos foram entregues para alienação.

Outras atividades relacionadas à manutenção da infraestrutura e efetuadas pela CODIS no primeiro semestre de 2013 são:

- a) implantação do sistema Samba, que implementa trilha de auditoria no sistema de armazenamento de dados (Dados ITI);
- b) criação e configuração do novo serviço de backup (*Bacula*); e
- c) projeto para a criação do serviço de impressão (implementado na CGPOA).

Foram iniciadas também a segmentação de ambientes em desenvolvimento, homologação e produção e a atualização do sistema operacional dos desktops do ITI para *Ubuntu* para versão 12.4.

Em 2013 foram feitos estudos para elaboração de Projeto Básico/Termo de Referência, segundo

os parâmetros da IN-4, para aquisição de switches Ethernet, switches FC, *storage* e renovação do parque de impressão; Pregões 03/2013, 18/2013, 02/2013, 20/2013; processos 000100.000136/2013-14, 00100.000247/2013-21, 00100.000023/2013-19, 00100.000170/2013-99, respectivamente.

Em dezembro de 2013 foram adquiridos os switches Ethernet licitados, cuja entrega está prevista para 2014.

Foi aprovado no exercício Processo de Desenvolvimento de Software (PDS) do Órgão, cujo documento está disponibilizado no endereço <http://www.iti.gov.br/institucional/politicas2>. Não houve desenvolvimento de software no período. Encontra-se em fase inicial de elaboração Manual de Gestão de Contratos de TI.

Em março de 2013 a CODIS elaborou o seu Referencial Estratégico, tendo como base o COBIT, notadamente os processos PO4.5 – estrutura organizacional de TI e PO4.6 – definição de papéis e responsabilidades.

Seguindo a orientação do objetivo PO7.4 – treinamento de pessoal, 3 ATIs obtiveram certificação ITIL v. 3 e Cobit 4.1. Houve também a participação de 3 ATIs no 11º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública – realizado em 23 e 24 de maio de 2013. Além disso, iniciou-se a aplicação de uma abordagem de gerenciamento de projetos, conforme objetivo PO10.3. A CODIS iniciou o mapeamento dos processos de Suporte e ainda iniciou a aplicação de um Modelo de Gerenciamento de Projetos, utilizando como base os padrões de documentos contidos no site do governo eletrônico. Destacam-se os projetos relativos à área de Infraestrutura.

Segurança da Informação e Comunicação

Com relação à salvaguarda de Informações e Comunicações, foram executadas as seguintes ações:

- a) Relatório anual de incidentes em rede computacional do ITI – 2013, processo nº 00100.000061/2013-71;
- b) Auditoria e Conformidade realizada no serviço de dados corporativos (DADOS-ITI) por meio do SAMBA;
- c) Norma de acesso lógico à rede do ITI e
- d) Controle de Acesso Lógico à Rede do ITI.

Capacitação de Servidores

No ano de 2013 foram treinados 14 servidores nas áreas de:

- ✓ 4 Servidores - 8º. Congresso Brasileiro de Pregoeiros, Valor R\$ 12.500,00
- ✓ 3 Servidores - 11º Fórum de Contratação e Gestão Pública, Valor R\$ 5.640,00
- ✓ 3 Servidores - 7º CONGEP - Gestão do Conhecimento para Efetividade da Administração Pública com Participação Social e Diálogos Setoriais sobre Gestão por Competências no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal. Valor - Cortesia
- ✓ 1 Servidor - “ Diálogos Setoriais sobre Gestão por Competências no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal”. Valor - Cortesia
- ✓ 1 Servidor – Administração de Sistemas Linux (ADS2) . Valor R\$ 960,00
- ✓ 2 Servidores – Oficina de “Gestão por Processos – Ferramenta para o Sincronismo Organizacional”. Valor - Cortesia

- ✓ 1 Servidor – Monitoramento Temático do PPA 2012 – 2015. Valor - Cortesia.

Os demais treinamentos previstos não foram realizados por corte no orçamento, Conforme Portaria 268, de 30 de julho de 2013, que reduziu substancialmente o crédito e limite orçamentários do Instituto.

Reestruturação Organizacional do ITI

Foi concluído Projeto de Reestruturação do ITI, que prevê, além do ajuste da estrutura à realidade das demandas institucionais, a possibilidade de adoção do Plano de Carreira de C&T – Ciência e Tecnologia. O modelo proposto partia do princípio da revisão do quadro de DAS, no entanto, optou-se por iniciar o processo pela adoção de plano de carreira e criação de quadro próprio de funcionários, com vistas à realização de concurso.

O Projeto de Adoção do Plano de Carreiras de C&T foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República em setembro/2013. Porém foi devolvido com a orientação de se buscar primeiramente a aprovação para Adoção do Plano de Carreira de C&T.

O Instituto encaminhou à Casa Civil somente o pedido de adoção do Plano de Carreira de C&T e em Nota nº 1883/2013, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República – SAJ considerou o pleito constitucional e, no dia 19/11/2013, a Casa Civil encaminhou o Aviso 839 ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para ciência e providências cabíveis. Permanecemos no aguardo da aprovação, para encaminhar proposta quantitativa e qualitativa de quadro próprio de servidores.

Sistemas de Segurança Predial

O Instituto complementou a instalação do CFTV nas dependências da Sede.

Foi instituído um Grupo de Trabalho Técnico – GTT para certificar a regularidade dos padrões técnicos na Sede do ITI. Em 30/07/2012, a Defesa Civil emitiu Termo de Comparecimento, constatando a integridade da edificação da Sede do ITI, requerendo apenas manutenção rotineira. As demais conformidades continuam em curso, aguardando manifestação de órgãos de fiscalização local. Em Junho de 2013 a comissão entrou em contato novamente com órgãos fiscalizadores, que até então não haviam respondido o pedido do ITI com relação à Consulta Prévia, o qual informou que o preenchimento da Vistoria Prévia foi elaborada diferentemente da Carta de Habite-se do prédio.

Inventário

Foi instituída comissão para realizar o Inventário Físico e Financeiro de bens patrimoniais e de material de consumo. O levantamento foi efetuado e está em fase de formalização.

Infraestrutura Funcional

Foram instalados os equipamentos de videoconferência, assim como instalada sala de reuniões e de eventos.

Investimentos

Os investimentos foram prejudicados em função das restrições orçamentárias impostas pela Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013, que também acarretaram a demissão de aproximadamente 30% da mão de obra terceirizada, com ênfase no apoio administrativo, o que refletiu negativamente no andamento dos serviços em todas as áreas.

O valor total de investimentos em 2013 foi da ordem de R\$ 746.434,32, sendo R\$ 504.969,00 em Tecnologia da Informação.

O balanço de 2013 no que se refere à execução das demandas de investimento em tecnologia priorizadas pelo CETI apresentou o seguinte resultado:

Ação 2000	Pregão nº	Processo	2013
Ações Não TI			
Cadeiras	Adesão srp 35/2012	440/2012-81	50.800,00
Poltronas	SRP 61/2013	93/2013-77	94.000,00
Divisórias Parede	Adesão 28/2013	220/2013-56	10.900,00
Apoio pés 100 unidades	Nº 04/2013	69/2013-38	10.166,00
Mesa de reunião	Nº 04/2013	69/2013-38	63.017,00
Balcão Especial Subsolo	Adesão 02/2013	205/2013-90	12.582,32
Sub -Total - Não TI			241.465,32
Aquisições TI			
		Total	
Aquisição Placa HBA - 27 unidades (*)	Nº 03/2013	136/2013-14	54.000,00
Aquisição switch 24 portas - 25 unidades	Nº 03/2013	136/2013-14	158.650,00
Aquisição desktops	Nº 42/2012	394/2012-10	74.500,00
Notebook	Dispensa 07/2013	66/2013-02	7.998,00
Sub-total - TI			295.148,00
Total			536.613,32
Ação 4917			
Aquisições TI			
		Total	
Monitoramento e Rastreabilidade - 3 servidores	Nº 36/2012	383/2012-30	135.321,00
Aquisição de Desktop	Nº 42/2012	394/2012-10	74.500,00
Sub-total			209.821,00
Total de Investimento			746.434,32
Total de Investimento em Tecnologia			504.969,00

AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

QUADRO A 2.2.3.1.5

Identificação da Ação						
Código	20.20204.04.301.2101.2004					
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.149	15.149	11.348	11.348	0	0	11.348
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa beneficiada	unidade	8	6	11.049	11.348
2.2.3.1.5.1 Análise Situacional						
No exercício de 2013 foram contemplados com assistência médica e odontológica 6(seis) servidores.						

AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

QUADRO A 2.2.3.1.6

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.365.2101.2010					
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.000	12.000	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Criança atendida	unidade	11	0	12.000	0
2.2.3.1.6.1 Análise Situacional						
No exercício de 2013 não houve situações em que se aplicasse o pagamento de assistência pré-escolar.						

AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

QUADRO 2.2.3.1.7

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.331.2101.2011					
Descrição	Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.784	1.784	1.428	1.428	0	0	1.428
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	unidade	1	1	1.584	1.428
2.2.3.1.7.1 Análise Situacional						
No exercício de 2013 foi pago auxílio-transporte para apenas 1 (hum) servidor no período de janeiro a dezembro.						

AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

QUADRO 2.2.3.1.8

Identificação da Ação						
Código	10.20204.04.306.2101.2012					
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Unidade Orçamentária	20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
59.700	65.700,00	52.558	52.558	0	0	52.558
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	unidade	14	13	59.700	52.558
2.2.3.1.8.1. Análise Situacional						
No exercício de 2013 foram pagos auxílios alimentação para 13 (treze) servidores.						

2.3 Informações sobre outros resultados da Gestão

Cumprе ressaltar que ao ITI compete atuar como Secretaria Executiva do Comitê Gestor da ICP – Brasil, chefiada pelo Diretor-Presidente do ITI no papel de Secretário -Executivo do Comitê, na forma estabelecida pelo Decreto 6.605, de 14 de outubro de 2008.

As despesas incorridas pela Secretaria Executiva do Comitê Gestor, assim como todas as reuniões do referido Comitê e dos Comitê Técnicos correm por conta do ITI, muito embora não tenha havido aporte de recursos orçamentários em função dessa atribuição.

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

O ITI foi criado pela Medida Provisória 2.200-2, de 24/08/2001 e, de acordo com estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão, aprovados pelo Decreto 4.500/2002, não foi contemplado com a unidade de auditoria interna. A forma de atuação dos controles internos está demonstrado no Quadro A.3.1, item 3.2.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela Unidade são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da Unidade é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da Unidade na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da Unidade.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela Unidade.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da Unidade ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da Unidade, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela Unidade são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela Unidade possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela Unidade são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para Unidade é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela Unidade são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da Unidade é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da Unidade, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da unidade, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da Unidade é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da Unidade tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da Unidade tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p>Análise Crítica:</p> <p>A execução dos trabalhos de avaliação envolveu a participação das diversas áreas e buscou demonstrar a estrutura de Controles Internos desta Autarquia, evidenciando a suficiência desses controles para garantir, com razoável certeza, o cumprimento dos objetivos do Instituto em termos de eficiência, efetividade operacional, confiabilidade das informações e conformidade com as leis e normas aplicáveis.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

O ITI não conta com quadro de servidores e suas funções de DAS são ocupadas, em sua maioria, por funcionários cedidos de outros Órgãos.

3.4 Sistema de Correição

Esta Unidade Jurisdicionada está vinculada, para fins de correição, à Secretaria de Controle Interno da Secretaria Geral da Presidência da República (CISSET/SG/PR), conforme determina § 3º do Art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de julho de 2005, a qual exerce as atribuições de unidade seccional de correição dos órgãos integrantes da Presidência República e da Vice-Presidência da República.

A Presidência e a Vice-Presidência da República passaram a contar com estrutura correcional própria a partir da entrada em vigor do Decreto nº 7.688, de março de 2012, que em seu inciso XII do Art. 21 do ANEXO I estabeleceu que aquela Setorial de Controle Interno atuaria na prevenção e apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, das entidades a eles vinculadas e da Vice-Presidência da República, por meio do acompanhamento, instauração e condução de procedimentos correcionais.

Após a criação da estrutura específica, a CISSET/SG/PR estabeleceu por meio da Portaria CISSET/SG/PR nº 13, de 21 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 24/12/2012, Seção 1, página 3/5, os procedimentos que seriam adotados para condução dos trabalhos correcionais na PR e VPR, dos quais podemos destacar os seguintes itens: i) inspeções de correição; II) acompanhamento na condução de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares; III) auxílio ao Gestor na tomada de decisões de procedimentos disciplinares; IV) realização do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em infrações disciplinares de menor gravidade; v) Processo Administrativo de Fornecedores, etc..

Importa salientar, contudo, que inobstante a criação do referido Órgão de Correição no âmbito da CISSET/SG/PR, em nada se altera a competência originária desta Unidade Gestora quanto à instauração de procedimentos apuratórios, tendo em vista o que dispõe o Art. 143, da Lei 8.112/90 ou legislação equivalente.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Como informado no item 3.4, os órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República não estão vinculados, para fins de correição, ao órgão Central de Correição do Poder Executivo Federal (CGU/PR). Contudo, a CISSET/SG/PR está trabalhando na edição de normativo que irá permitir que os órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República possam fazer uso do Sistema CGU-PAD.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

A Unidade não conta com indicadores para avaliação da efetividade dos controles internos.

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.
4.1 Execução das despesas
4.1.1. Programação
Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária : ITI			Código UO: 20204		UGO: 243001	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			4.221.902		14.075.033	
CRÉDITOS	Suplementares		622.882		19.600	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados				400.000	
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			4.844.784		13.694.633	
Dotação final 2012(B)			4.393.844		12.132.625	
Variação (B/A-1)*100			-9,31%		-11,41%	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	9 - Reserva de Contingência
DOTAÇÃO INICIAL			1.000.000			
CRÉDITOS	Suplementares		400.000			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos	333.334			
		Reabertos				
	Créditos Cancelados		184.194			
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			1.549.140			
Dotação final 2012(B)			3.278.750			
Variação (A/B-1)*100			111,65			

Fonte: SIAFI 2012/2013

4.1.1.1 Análise Crítica

O Orçamento proposto pelo ITI abarcava as despesas decorrentes da correção de contratos continuados, tais como aluguel, despesas básicas de telefonia, água, luz, serviços de tecnologia essenciais à sobrevivência do negócio e contratos de mão-de-obra terceirizados. No entanto, na aprovação da LOA o Instituto foi contemplado com a mesma dotação de 2012, o que já demandou esforços para ajustes na execução do orçamento.

Com o advento das restrições orçamentárias impostas pela Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013, o Instituto foi obrigado a demitir quase 30% da mão de obra terceirizada, impactando o andamento dos serviços em todas as áreas.

A alteração orçamentária no valor de R\$ 400.000,00 visava a implantação de sistema de gestão eletrônica de documentos, que ficou prejudicado em função da redução nos limites de movimentação e empenho.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

O quadro A.4.1.2.1 não se aplica à Unidade.

QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	243001	153163	064634			1.474.451
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SIAFI

Análise Crítica: Os créditos movimentados referem-se a Termos de Descentralização de Créditos – TDC firmados com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, responsável pelo desenvolvimento e atualização do Criptosistema e manutenção da Sala Cofre de Contingência.

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO A.4.1.3.1.– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: ITI		Código UO: 20204		UGO: 243001	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)		8.258.467	9.352.221	8.258.467	9.352.221
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão		8.258.467	9.352.221	8.258.467	9.352.221
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)		2.741.733	3.170.830	2.741.733	3.170.830
h) Dispensa		2.138.006	2.184.134	2.138.006	2.184.134
i) Inexigibilidade		603.727	986.696	603.727	986.696
3. Regime de Execução Especial		6.003	4.682	6.003	4.682
j) Suprimento de Fundos		6.003	4.682	6.003	4.682
4. Pagamento de Pessoal (k+l)		4.897.307	4.454.671	4.897.307	4.454.671
k) Pagamento em Folha		4.842.312	4.392.352	4.842.312	4.392.352
l) Diárias		54.995	62.319	54.995	62.319
5. Outros		0	0	0	0
6. Total (1+2+3+4+5)		15.903.510	16.982.404	15.903.510	16.982.404

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela Unidade

O ITI é Unidade Gestora, sem jurisdicionadas, o que dispensa o preenchimento do Quadro A.4.1.3.2, uma vez que as informações são as mesmas do Quadro A.4.1.3.1.

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: ITI				Código UO: 20204		UGO: 243001		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
3190.96 - Requisitado	2.605.715	2.312.045	2.234.641	2.312.045	371.073	514.302	2.234.641	2.312.045
3190.11 – Venc. Vant. fixas	1.894.931	1.786.283	1.894.931	1.786.283			1.894.931	1.786.283
3191.13 – Patronais - intra	214.711	215.505	214.711	215.505			214.711	215.505
Demais elementos do grupo	126.944	80.011	126.944	80.011			126.944	80.011
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
3390.37 – Locação pessoal	5.618.484	4.936.925	5.617.147	4.774.885	1.336	162.039	5.617.147	4.774.885
3390.39 – Serv. Terceiros	4.060.490	3.797.365	3.811.069	3.538.286	249.420	259.079	3.811.069	3.538.286
3390.30 – Mat. consumo		360.660		114.495		246.164		114.495
3390.33 – Passagens/ transporte	391.094		373.594		17.500		373.594	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
4490.52 – Investimentos	746.434	2.707.634	398.463	1.068.911	347.971	1.638.723	398.463	1.068.911

4.1.3.4 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS Diretamente pela UJ

O ITI é Unidade Gestora, sem jurisdicionadas, o que dispensa o preenchimento do Quadro A.4.1.3.4, uma vez que as informações são as mesmas do Quadro A.4.1.3.3.

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

O ITI é Unidade Gestora, sem jurisdicionadas, o que dispensa o preenchimento do Quadro A.4.1.3.5.

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

O ITI é Unidade Gestora, sem jurisdicionadas, o que dispensa o preenchimento do Quadro A.4.1.3.6.

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

O Instituto vem privilegiando a contratação de serviços via modalidade licitatória de pregão, que alcançou o valor de R\$ 8.258.467,00 em 2013. A contratação direta abrangeu serviços como renovação do aluguel (R\$ 1.600.830,96), serviços prestados pelo Serpro(R\$ 352.079,99), fornecimento de água - CEB (R\$ 142.800,00), Imprensa Nacional e outros serviços pontuais, como correios, carimbos e treinamento.

A contratação via inexigibilidade alcançou o valor de R\$ 603.727,00, que inclui a renovação do contrato de manutenção preventiva e corretiva da sala cofre (R\$ 517.132,00), essencial à sobrevivência do negócio e demais serviços como CAESB, Imprensa Nacional e treinamento.

Com relação às despesas relativas à Folha de Pagamento é importante ressaltar que o ITI não dispõe de quadro próprio de funcionários e opera com a mesma estrutura de cargos em comissão desde sua criação em 2002. Sua estrutura de Cargos em Comissão é da ordem de 41 DAS, ocupados por servidores requisitados por ressarcimento (R\$ 2.605.715,00) e demais no valor de R\$ 2.236.597,00.

O Orçamento proposto pelo ITI abarcava as despesas decorrentes da correção de contratos continuados, tais como aluguel, despesas básicas de telefonia, água, luz, serviços de tecnologia essenciais à sobrevivência do negócio e contratos de mão-de-obra terceirizados. No entanto, na aprovação da LOA o Instituto foi contemplado com a mesma dotação de 2012, o que demandou esforços para ajustes na execução do orçamento.

Com o advento das restrições orçamentárias impostas pela Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013, o Instituto foi obrigado a demitir quase 30% da mão de obra terceirizada, impactando o andamento dos serviços em todas as áreas.

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica a esta Autarquia.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	3.084.073	2.569.140	352.704	162.229
2011	1.660.467	1.530,464	130.003	0
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Cancelamento	Pagamento	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	0	0	0	0
2011	0	0	0	0

Fonte: SIAFI 2011 a 2013

4.3.1 Análise Crítica

Em 2012 o valor inscrito em Restos a Pagar no valor de R\$ 3.084.073 foi decorrente, em sua maioria, dos investimentos realizados no final do exercício e que demandavam análise técnica prévia para aceitação do material, o que implicou na sua prorrogação de pagamento para o exercício seguinte. Além disso, há valores inscritos em Restos a Pagar de exercícios anteriores relativos a despesas com mão-de-obra terceirizada, cujo pagamento (R\$ 162.039,26) está pendente por problemas regulamentares e apenas R\$ 189,00 decorrente de aquisição de material, cuja qualidade está em questionamento.

4.4 Transferências de Recursos

Os quadros A.4.4.1, A.4.4.2, A.4.4.3 e A.4.4.4 não se aplicam a esta Autarquia, visto que não houve transferência de valores nas modalidades de Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Cooperação e Termo de Compromisso. Houve apenas Descentralização de Crédito já citado no Quadro 4.1.2.1, em favor da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

4.5 Suprimento de Fundos

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			16	5.517	5	485	6.002
2012			5	1.616	8	3.065	4.681
2011			7	2.144	11	4.766	6.910

Fonte: SIAFI

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não se aplica concessão de Suprimento de Fundos – Conta Tipo B.

4.5.3 Suprimento de Fundos – cartão Corporativo (CPGF)

QUADRO A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	243001	Limite de Utilização da UG	15.000		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
JORGE LUIS RODRIGUES	07615396115	5.000	1.605	359	1.964
ROBERTO B. DE ASSUNÇÃO	18929672191	5.000	3.912	126	4.038
Total Utilizado pela UG			5.517	485	6.002

Fonte: Siafi

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
PC	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Não Apresentadas												
Aguardando Análise												
Em Análise												
Não Aprovadas												
Aprovadas							4	6.002	4	4.682	5	6.911

Fonte: Siafi

4.5.5 Análise Crítica

O Instituto somente adota o Cartão Corporativo do Governo Federal – CPGF para a realização de despesas por meio de suprimento de fundos. As despesas são aplicadas de acordo com a sua natureza e em conformidade com a legislação em vigente.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

Não se aplica a esta Autarquia.

4.7 Gestão de Precatórios

Não se aplica a esta Autarquia.

5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.
5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade

Os itens 5.1.1.1 e 5.1.1.2 não se aplicam a esta Autarquia, visto que o ITI não dispõe de quadro próprio de servidores.

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	00	00	00	00
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	00	00	00	00
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	05	04	00	01
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	00	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	41	31	08	08
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00
3. Servidores s/ Vínculo com a Administração Pública	46	35	08	08
4. Total de Servidores (1+2+3)	46	35	08	08

Fonte: SIAPE

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções
QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	41	38	08	08
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	41	38	08	08
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	00	00	00	00
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	03	03	00	00
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	31	28	00	00
1.2.4. Sem Vínculo	07	07	00	00
1.2.5. Aposentados			00	00
2. Funções Gratificadas			00	00
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	00	00	00	00
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	00	00	00	00
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	41	38	08	08

Fonte: Decreto nº 5.420/2005, que dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão para o ITI.

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UNIDADE POR FAIXA ETÁRIA (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	00	00	00	00	00
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	00	00	00	00	00
1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00	00
2. Provimento de Cargo em Comissão	00	00	00	00	00
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01	09	16	10	03
2.3. Funções Gratificadas	00	00	00	00	00
3. Totais (1+2)	01	09	16	10	03

Fonte: SIAPE

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UNIDADE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1.3. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00	00	00	00	00	00
2. Provimento de Cargo em Comissão	00	00	00	00	05	19	10	02	02
2.1. Cargos de Natureza Especial	00	00	00	00	00	00	00	00	00
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	00	00	00	05	19	10	02	02
2.3. Funções Gratificadas	00	00	00	00	00	00	00	00	00
3. Totais (1+2)	00	00	00	00	05	19	10	02	02

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2013	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2012	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2011	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão										
Exercícios	2013	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2012	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2011	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2013	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2012	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2011	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores Requisitados sem Ônus e sem vínculo com a UJ										
Exercícios	2013									
	2012	2.312.045	00	00	00	00	00	00	00	2.312.045
	2011	1.544.030	00	00	00	00	00	00	00	1.544.030
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2013	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2012	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2011	00	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2013									
	2012	1.786.283	00	00	00	00	217.917	42.725	00	2.046.925
	2011	1.719.124	00	00	00	00	216.277	45.245	00	1.980.646
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2013	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2012	00	00	00	00	00	00	00	00	00
	2011	00	00	00	00	00	00	00	00	00

Fonte: SIAFI 2011 e 2013

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O ITI não dispõe de quadro próprio de servidores, ficando prejudicado o preenchimento dos quadros A.5.1.4.1, A.5.1.4.2, A.5.1.5.1, A.5.1.5.2 A.5.1.5.3 e A.5.1.5.4.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Todos os cargos da Autarquia são ocupados por servidores pertencentes a outros Órgãos, por aposentados e demais profissionais sem vínculos. Por ocasião da designação do servidor para o cargo é feita pesquisa no sentido de identificar possíveis acumulações de funções e cargos comissionados, e o servidor atesta em declaração própria a não acumulação de cargo público.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica, visto que não ocorreu acumulação indevida de cargos e funções.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Em razão da Autarquia não possuir quadro de pessoal, contando com uma estrutura regimental de somente 41 cargos comissionados e 6 servidores de carreira em exercício descentralizado, os controles são aqueles previstos na legislação que rege a matéria em comento (Lei 8.112/90).

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Auxiliar Administrativo Nível I	11	15	11	00	04
Auxiliar Administrativo Nível 2	23	25	18	00	02
Auxiliar Administrativo Nível 3	19	23	20	00	04
Receptionista	04	06	06	00	02
Suporte Técnico	07	07	07	00	00
Administrador de Rede	03	03	03	00	00
Auxiliar Operacional Nível 1	01	01	01	00	00
Motorista	05	05	04	00	00
Copeira e Garçom	04	04	04	00	00
Vigilante	16	24	20	00	08
Limpeza	08	08	08	00	00
Total	101	121	102	00	20

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

O Instituto não dispõe de quadro de pessoal, tendo somente servidores ocupantes de cargo em comissão: cedidos, aposentados, sem vínculos e de carreira em exercício descentralizado. Para realizar atividades meio da administração e de natureza auxiliar operacional, cujas funções não conflitam com o plano de carreira do serviço público, vale-se da contratação, por meio de pregões eletrônicos, de pessoal terceirizado com disposição incurso no Decreto nº 2.271/97.

Fonte: Contratos Administrativos listados no Quadro A.5.2.4.

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não se aplica o preenchimento do Quadro A.5.2.2, em razão da ausência de quadro próprio de pessoal na Autarquia.

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI													
UG/Gestão: 243001							CNPJ: 04.039.532/0001-93						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	17/2012	13.183.890/0001-66	31/05/12	31/05/13	08	08	00	00	00	00	A
2012	V	O	31/2012	04.689.455/0001-81	25/11/12	25/11/13	00	00	24	16	00	00	A

Observações:

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI													
UG/Gestão: 243001							CNPJ: 04.039.532/0001-93						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	10/2012	09.245.682/0001-77	05/04/12	05/04/13	5	5	0	0	0	0	E
2013	2	O	07/2013	20.204.491/0001-08	08/04/13		5	5	0	0	0	0	A
2011	3	O	17/2011	02.781.209/0001-96	21/07/12		0	0	0	0	3	3	P
2011	3	O	18/2011	09.146.381/0001-96	21/07/12	21/07/13	0	0	7	7	0	0	E
2013	3	O	18/2013	05.964.931/0001-23	22/07/13		0	0	7	7	0	0	A
2012	4	O	09/2012	13.183.890/0001-66	03/04/12	03/04/13	4	4	0	0	0	0	E
2013	4	O	06/2013	20.204.491/0001-08	04/04/13		4	4	0	0	0	0	A
2010	5	O	13/2010	03.084.540/0001-99	15/06/12	28/05/13	0	0	6	6	0	0	E
2013	5	O	11/2013	20.204.491/0001-08	29/05/13		0	0	6	4	0	0	A
2012	11	O	08/2012	13.183.890/0001-66	03/04/12		0	0	25	23	0	0	P
2012	11	O	14/2012	13.183.890/0001-66	14/05/12		0	0	0	0	23	19	P
2012	11	O	13/2012	20.204.491/0001-08	14/05/12		0	0	15	11	0	0	P

Observações:

Fonte: Controle de Contratos do Órgão.

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Os serviços vêm sendo prestados com a eficiência esperada.

Por outro lado, o Instituto foi obrigado a dispensar aproximadamente 30% do total de terceirizados, com maior impacto na força de trabalho voltada ao Apoio Administrativo, Recepcionistas e Vigilância, como forma de atender ao corte orçamentário imposto pela Portaria nº 268, de 31 de julho de 2013.

Considerando-se que o Instituto não dispõe de quadro próprio de pessoal, a redução de mão-de-obra impactou significativamente o andamento dos serviços em todas as áreas.

O Instituto dispõe de área de fiscalização para contratos de mão de obra terceirizada que efetua levantamento do pagamento das verbas trabalhistas mensalmente antes da autorização de ressarcimento à empresa contratada, como forma de evitar não conformidades que possam afetar tanto a prestação de serviços como os benefícios dos trabalhadores.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	08	15	03	03	
1.1 Área Fim	04	04	02	02	
1.2 Área Meio	04	14	01	01	
2. Nível Médio	02	03			
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	02	03			
3. Total (1+2)	10	18	03	03	R\$ 60.906,65

Fonte: SIAFI/SIAPE

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A Autarquia não possui frota de veículos próprios, tendo, por meio do Pregão Eletrônico nº 14/2012/2012 firmado contrato de número 10/2012, com a empresa Atlanta Locadora de Veículos Ltda., com vigência até 05/04/2013, em seguida efetuou Pregão Eletrônico nº 06/2013, cuja vencedora foi a empresa Empresa Transportadora Lima e Silva Ltda. ME, CNPJ nº 20.204.491/0001-08, conforme contrato nº 07/2013, que prevê os seguintes serviços:

Grupo	Qtde	Modelo/Marca	Placa	Ano	Km anual p/ veículo	Km média anual
Veículo Representação	01	Corolla	JKJ-4494	2013	19.405	1.617
Total do Grupo	01					1.617
Veículo Utilitário	01	Corsa	JFF-7544	2013	10.636	886,33
Veículo Utilitário	01	Corsa	JFF-9444	2013	8.823	735,25
Veículo Utilitário	01	Corsa	JFF-9071	2013	10.048	837,33
Veículo Utilitário	01	Moto Honda CG	JJM-3892	2013	7.538	628,16
Total do Grupo	04					3.087,07

A inexistência de quadro de pessoal na Autarquia, de condutores e de frota automotiva, constitui a motivação lógica e jurídica para a contratação, amparada pelo Decreto 2.271/1997, necessária para a realização de atividades complementares, auxiliares e logísticas da Instituição.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

O Instituto não possui imóvel próprio nem bens imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade, por não haver disponibilidade segundo informado pela Secretaria de Patrimônio da União, o que dispensa o preenchimento dos Quadros dos itens 6.2.(A.6.2.1 a A.6.2.3).

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	DF	01	01
	Brasília	01	01
	Subtotal Brasil		
EXTERIOR	PAÍS	00	00
	Subtotal Exterior	00	00
	Total (Brasil + Exterior)	01	01

Fonte: Contrato nº 15/2011 - Processo nº 00100.000019/2011-99 – Dispensa nº 03/2011

6.3.1 Análise Situacional:

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação possui contrato de locação de imóvel localizado na área central de Brasília (SCN Quadra 02, Bloco E), com área de 3.200 m², para as suas instalações, visto que não dispõe de imóvel nas condições discriminadas nos itens 6.2.1 e 6.2.2.

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.
7.GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)
Quadro A.7.1 - Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa. (POSIC)
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI. AC-Raiz
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
X	Auditoria de sistemas de informação.
X	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
X	Auditoria de dados.
X	Outra(s). Qual(is)? Foi contratada a empresa PriceWaterHouse para realizar auditoria na AC-Raiz em 2013.
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.

X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.iti.gov.br/institucional/politicas2 .
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados. - AC-Raiz
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações). AC-Raiz
X	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
X	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade. AC-Raiz
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
X	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
É interessante registrar que o ITI tem como insumo básico da área finalística a Tecnologia da Informação, portanto algumas questões que tratam especificamente de TI, em certo ponto confundem-se entre a finalística e a CGPOA, como órgão seccional do SISP.	
7.1.1 Análise Crítica	
<p>O ITI contratou em 2012 a empresa de auditoria independente – PriceWaterHouse para realizar auditoria na Autoridade Certificadora – Raiz, cujos trabalhos se desenvolveram no decorrer de 2013.</p> <p>O Instituto vem investindo em treinamentos voltados à Governança de Tecnologia da Informação (TI), em que pese as restrições orçamentárias impostas pela Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013, bem como as limitações impostas pela ausência de quadro próprio de funcionários e por um quadro de cargos em comissão, que vigora há mais de dez anos, praticamente incompatível com o crescimento do uso da Certificação Digital – ICP – Brasil.</p> <p>De toda forma, em 2013, 3 dos 4 Analistas em Tecnologia da Informação (ATI) obtiveram Certificação em Itil Foundation v3 e Cobit Foundation 4.1.</p>	

No decorrer do exercício, a Coordenação de Desenvolvimento, Infraestrutura e Suporte - CODIS elaborou o seu referencial estratégico, definindo missão, visão e valores para área, sua matriz SWOT e suas atribuições, tendo como base o COBIT. Tal referencial foi submetido à aprovação superior (CGPOA) e consta do PDTI 2013-2014.

Também em 2013 a CODIS iniciou a implantação de conceitos de metodologia de gerenciamento de projetos, utilizando como referência os padrões de documentos contidos no site do governo eletrônico.

Muito embora não tenha sido possível a finalização dos estudos da Carta de Serviços no decorrer de 2013, é importante salientar que o ITI disponibiliza em seu institucional – www.iti.gov.br – orientações de toda ordem para os interessados em certificação Digital ICP – Brasil.

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A Unidade tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
1.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				

10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. Esta sendo implementado com a Secretaria de Administração da Presidência da Republica.	X				
Considerações Gerais: <i>Está sendo implementada a separação de resíduos recicláveis com a Secretária de Administração da Presidência da Republica.</i>					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Não houve Adesão a Programas						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	824	1145	697		12.022,50	6.020,25
Água	1465m ³	2055M ³	condomínio	26.008,38	31.352,04	Condomínio
Energia Elétrica	346.560Kwt	400.640Kwt	395.316 Kwt	140.983,62	164.865,13	150.864,47
			Total	166.992,00	208.239,67	156.884,72

Fonte: SIAFI e documentos faturados pelas concessionárias. No exercício de 2011 as despesas de água estavam incluídas na taxa de condomínio, pois o Instituto estava instalado em outro local.

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/201
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS
9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU

Não se aplica o preenchimento dos Quadros A.9.1.1, A.9.1.2, A.9.2.1 e A.9.2.2, considerando-se que em 2013 não houve deliberações expedidas pelo TCU direcionadas ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, e tampouco pendências de exercícios anteriores.

9.2 Tratamento de recomendações feitas do OCI – Órgão de Controle Interno

As recomendações recebidas da Ciset foram:

- a) Nota Técnica n.º 139/2012-COAUD/Ciset/SG-PR (OS n.º 0401/2012) – Diligência COAUD n.º 321/2012 - em processo de instauração de sindicância para apurar responsabilidades; e
- b) Nota Técnica (AGRF) n.º 221/2013 – COAUD/Ciset/SG-PR – Em análise.

9.3 Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna

Na atual estrutura regimental do ITI não existe a Unidade de Auditoria Interna, tendo sido designado o contador da Autarquia para segregar as funções de auditor interno, o que vem dificultando a realização de auditorias programadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Destaca-se que em razão da inexistência da unidade de auditoria, não foi desenvolvido qualquer sistema de monitoramento dos trabalhos de auditoria.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n.º 8.730/93
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UNIDADE, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei n.º 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei n.º 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	00		00
	Entregaram a DBR	00		00
	Não cumpriram a obrigação	00		00
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	00		00
	Entregaram a DBR	00		00
	Não cumpriram a obrigação	00		00
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	41		41
	Entregaram a DBR	41		41
	Não cumpriram a obrigação	00		00

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Todos os servidores, ao tomar posse no cargo designado, são obrigados a apresentar declaração de bens e renda, em observância à Lei 8.730/93. A maioria autoriza o acesso da DBR por meio eletrônico, sendo que os demais entregam, anualmente, cópias da declaração em papel impresso.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

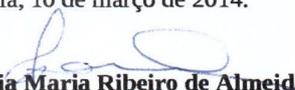
Não houve danos ao Erário, no decorrer do exercício de 2013.

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

O modelo constante do quadro abaixo deverá ser preenchido com os dados do gestor responsável pela área da Unidade que tenha a atribuição de atualizar os dados nos respectivos sistemas, traduzindo-se a declaração apresentada como veracidade da situação corrente dos sistemas especificados.

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO DO PREGOEIRO	
Denominação completa (Unidade)	Código da UG
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	243001
DECLARAÇÃO Eu, Nathércia Maria Ribeiro de Almeida , CPF nº 046.411.911-15, ocupante do cargo de Coordenadora de Licitações, Contratos e Convênios/CGPOA, exercido no Instituto Nacional de Tecnologia da Informação , declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Brasília, 10 de março de 2014.  Nathércia Maria Ribeiro de Almeida CPF 046.411.911-15 Coordenadora de Licitações, Contratos e Convênios/CGPOA/ITI	

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE****10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.**

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, possui os seguintes canais públicos que permitem interação com o cidadão:

a) *Serviço de Informações ao Cidadão - SIC* - <http://www.iti.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/129-aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic/716-servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>

b) *Portal oficial na Internet - ITI* - www.iti.gov.br - Em 2013, houve 959.614 visitas, sendo 789.065 visitantes únicos. Ao todo, a página foi visualizada 2.733.236. O tempo médio de visita é de 00:02:18. Essas informações são fornecidas pelo serviço gratuito do Google Analytics. Em anexo, encaminhado relatórios mais detalhados.

c) *Portal Oficial do Fórum de Certificação Digital - CertForum* - certforum.iti.gov.br : 1.537 visitas, sendo 869 visitantes únicos. Ao todo, a página foi visualizada 3.443. O tempo médio de visita é de 00:01:43. Essas informações são fornecidas pelo serviço gratuito do Google Analytics.

Redes Sociais

Com foco na governança participativa combinada à facilidade de uso das plataformas de mídias sociais que promovem o relacionamento entre a sociedade e governo, a ASCOM incluiu o ITI nas redes sociais, e em 2013 utilizou-se do Twitter para divulgar links encurtados que redirecionavam para o sítio do Instituto.

Houve um crescimento de 32,08% no número de seguidores, passando de 483 para 664. Sua página no Facebook – facebook.com/iti.icpbrasil que conta atualmente com 1555 opções 'curtir'. Houve um crescimento de 329% no número de opções 'Curtir'. Outra mídia utilizada pelo Instituto foi o canal de vídeos Youtube, onde a ASCOM disponibilizou 42 novos vídeos que tratam das reuniões do Comitê Gestor da ICP-Brasil, audiências públicas e etapas do 11º CERTFORUM. Houve um crescimento de 103% no número de arquivos.

10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

Em virtude das sérias restrições orçamentárias impostas pela Portaria n° 268, de 30 de julho de 2013, não foi possível contratação de serviço especializado para mensuração da satisfação dos usuários de nossos canais.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

O ITI realizou em 2013 o 11º CertForum - Fórum de Certificação Digital. O Fórum realizado em Brasília/DF contou com, aproximadamente, 1000 participantes, entre empresários, especialistas, acadêmicos, estudantes, funcionários públicos e fornecedores de soluções.

A iniciativa faz parte do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o ITI e a Abrid, com objetivo de maximizar as potencialidades das instituições signatárias dentro do campo de suas respectivas atribuições e especificações.

O evento contou com palestras e depoimentos de entidades públicas e privadas que se valem dos benefícios da Certificação Digital – ICP – Brasil e serviu de parâmetro para a apuração da satisfação dos usuários da ferramenta.

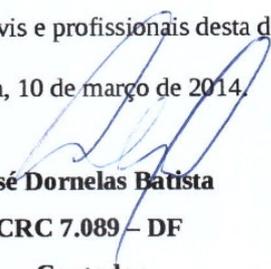
Não foi possível a contratação de pesquisa de satisfação por empresa especializada, tendo em vistas as restrições orçamentárias impostas pela Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013.

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

Os itens 11.3, 11.4 e 11.5 não são aplicáveis a esta Autarquia.

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis****11.2.1 Declaração sem ressalva – Não se aplica.****11.2.2 Declaração com Ressalva**

Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (Unidade)	Código da UG
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	243001
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Falta de Registro de Conformidade de Gestão nos dias 03 e 04 de junho/2013,b) Saldo Invertido em Contas Correntes ec) Divergência de saldos entre o Almoxarifado e o SIAFI <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p>Brasília, 10 de março de 2014.</p> <p> José Dornelas Batista CRC 7.089 – DF Contador</p>	

11.6 Relatório de Auditoria Independente

Embora o Instituto tenha contratado serviços de auditoria independente, na figura da empresa PriceWaterHouse, a finalidade da contratação visava apenas a verificação dos serviços e operacionalização da Autoridade Certificadora Raiz da ICP – Brasil, e não o Instituto como um todo.